

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / SOCIOLOGIA
CAMPUS BACABAL

MARIA CAMILA MATOS LOPES

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 NA ESCOLA CENTRO DE
ENSINO ESTADO DO CEARÁ**

Bacabal

2019

MARIA CAMILA MATOS LOPES

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 NA ESCOLA CENTRO DE
ENSINO ESTADO DO CEARÁ

Monografia apresentada a Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia.

Orientador (a): Profa. Ma. Grace Kelly Silva Sobral Souza

Bacabal

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Lopes, Maria Camila Matos.

A implementação da Lei N° 10639/03 na Escola Centro de Ensino Estado do Ceará / Maria Camila Matos Lopes. - 2019. 108 p.

Orientador(a): Grace Kelly Silva Sobral Souza.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2019.

1. Educação. 2. Lei N°10.639/03. 3. Movimento Negro. 4. Relações Étnico-Raciais. I. Souza, Grace Kelly Silva Sobral. II. Título.

MARIA CAMILA MATOS LOPES

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 NA ESCOLA CENTRO DE
ENSINO ESTADO DO CEARÁ**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia.

Orientador (a): Profa. Ma. Grace Kelly Silva Sobral Souza

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Grace Kelly Silva Sobral Souza
Mestra em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão
(Orientadora)

Profa. Gleiciane Brandão Carvalho
Mestra em História
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Rosenverck Estrela Santos
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Bacabal

"Enquanto os leões não contarem suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre os caçadores"

(Provérbio africano)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por proporcionar o dom da vida e oportunidades para seguir a longa caminhada acadêmica.

A minha mãe Silvia Cristina por compreender a caminhada como discente, por me ajudar a não desistir, pelos conselhos em todo o decorrer da jornada caminhada. Sou grata eternamente por tudo que fez e faz por mim;

A minha orientadora Grace Kelly Silva Sobral Souza por suas contribuições na escrita monográfica e pelos conselhos.

A Universidade Federal do Maranhão pela oportunidade de aprendizado, durante todo o curso;

À banca examinadora pela disponibilidade para participar da defesa desse Trabalho de Conclusão de Curso e por contribuir no meu conhecimento e aprendizado.

A minha Tia Joyce e a Tia Edna por sempre me ajudar;

Ao meu Irmão Rafael, minha sobrinha Yasmim, minha cunhada pelo apoio incondicional;

A minhas colegas Mayara e Jaciara pelos incentivos para com a pesquisa;

A toda minha família por me apoiarem e pelos incentivos;

A todos os jovens da Juventude Franciscana de Bacabal - JUFRA,

A escola Centro de Ensino Estado do Ceará, aos professores, alunos, diretora e gestores por colaborarem para com minha pesquisa;

À todos aqueles que contribuíram de forma direta e indiretamente para construção identitários pessoal e profissional...obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa monográfica ocorreu na escola Centro de Ensino Estado do Ceará localizado no município de Bacabal-MA e buscou investigar a implementação da Lei nº 10.639/03 e como esta se aplica dentro do ambiente escolar, de maneira que na construção da monografia e em sua contextualização se tema valorização da história e cultura Afro-brasileira e Africana, assim tendo o negros (as) como papel principal na construção da história do país. No decorrer da pesquisa se estudou as relações raciais e o racismo no Brasil, bem como a população negra e como está inserida na história do país, demonstrando que ao longo dos anos a população negra dentro das relações raciais era somente para trabalhar para o senhores, sendo vítima do racismo, preconceito e discriminação por parte da sociedade. Durante muitos anos o seu papel na construção do país foi mantida no silêncio, desde do espaço escolar aos quais o direito a educação eram negados, sendo neste período a educação era voltada somente para aqueles que eram considerado da elite brasileira, onde os conteúdos escolares por sua vez não condiziam com a realidade brasileira, assim havendo reivindicação por uma educação étnico-racial na sociedade, por conseguinte, tendo a população negra lutando por direito a educação no país, que até então eram negados. Dentro dos movimentos negros que surgiram o que tem papel principal é a atuação dos povos negros de forma importante para que a sua população tivesse educação, e para que houvesse o combate ao racismo, preconceito e discriminação, tendo como uma das principais conquistas a Lei nº 10.639/03, que traz a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana e as Relações Étnico-Raciais para os conteúdos escolares. Desta forma, questiona-se como esses conteúdos são inseridos no ambiente escolar sobretudo no ensino da sociologia. No decorrer desta pesquisa foi utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa a partir de entrevistas semiestruturada, composta por perguntas relacionadas com o tema da pesquisa, com o seu espaço amostral com alunos do ensino médio, professor de sociologia e a diretora da escola que constituíram os sujeitos da pesquisa, todos participantes da escola Centro de Ensino Estado do Ceará.

Palavras-Chaves: Lei nº 10.639/03. Educação. Relações Étnico-Raciais. Movimento Negro.

ABSTRACT

The present monographic research took place at the State of Ceará Teaching Center School located in Bacabal-MA and sought to investigate the implementation of Law No. 10.639 / 03 and how it applies within the school environment, so that in the construction of the monograph and in its contextualization is feared appreciation of Afro-Brazilian and African history and culture, thus having black people as the main role in the construction of the country's history. Throughout the research, racial relations and racism were studied in Brazil, as well as the black population and how it is inserted in the history of the country, showing that over the years the black population within race relations was only to work for you, being a victim of racism, prejudice and discrimination by society. For many years its role in the construction of the country was kept silent, from the school space to which the right to education was denied, in this period education was focused only on those who were considered of the Brazilian elite, where school content by In turn, they did not match the Brazilian reality, thus claiming for an ethnic-racial education in society, therefore, with the black population fighting for the right to education in the country, which until then were denied. Within the black movements that emerged, the main role is the role of black people in an important way so that their population had education, and that there was the fight against racism, prejudice and discrimination, having as one of the main achievements Law no. 10.639 / 03, which brings Afro-Brazilian and African History and Culture and Ethnic-Racial Relations to the school contents. Thus, it is questioned how these contents are inserted in the school environment especially in the teaching of sociology. During this research was used as methodology the qualitative research from semi-structured interviews, composed of questions related to the research theme, with its sample space with high school students, sociology teacher and the school principal who constituted the subjects. of the research, all participants of the State of Ceará Teaching Center school.

Keywords: Law 10.639 / 03. Education. Ethnic-Racial Relations. Black Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNB – Frente Negra Brasileira

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes Base da Educação

MEC – Ministério da Educação

MNU – Movimento Negro Unificado

MUCDR - Movimento Unificado Contra Discriminação Racial

PEE – Plano Estadual de Educação

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PPP – Plano Político Pedagógico

PVNC - Movimento de Cursos Pré – Vestibulares para Negros e Carentes

SEPPIR – Secretária de Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

SINAPIR - Secretária Nacional de Promoção da Igualdade Racial

TEN – Teatro Experimental Negro

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O RACISMO NO BRASIL	14
1.1 A população negra na história do Brasil	14
1.2 Reflexões sobre o Conceito de Raça e Racismo no Brasil.....	24
2. A LUTA POR EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	31
2.1 A luta da população negra e do movimento negro por educação	34
3. A LEI Nº 10.639/2003 E OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO	45
3.1. A Implementação da Lei Nº 10.639/2003 na Escola (Centro de Ensino Estado do Ceará).....	50
3.1.1 O Combate ao Racismo por meio das Práticas Pedagógicas na Escola (Centro de Ensino Estado do Ceará)	62
3.1.2. A Disciplina de Sociologia e a Lei nº 10.639/2003.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXOS.....	89
APÊNDICES	99

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a história e a cultura Afro-brasileira e Africana, ficaram de fora dos livros didáticos, e por sua vez a representação negra na sociedade e suas contribuições no decorrer da história do país não foram retratadas e não colocados como parte dos conteúdos escolares durante muito tempo. Assim, não fazendo parte do cotidiano das escolas e do processo de ensino e aprendizado dos alunos de escolas públicas e privadas.

A partir de várias lutas dos diferentes movimentos da população negra por seus direitos no decorrer da história, tendo como maior destaque para o Movimento Negro, onde tem como sua pauta principal a educação da população negra, de maneira que o ensino das escolas tivessem a educação étnico-racial e a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana nos espaços escolares, e no meio social, foram colocados em práticas, assim como o combate ao racismo, discriminação e o preconceito contra a população negra.

Durante muitos anos para população negra não foi oportunizado condições igualitárias de acesso e permanência nos espaços sociais e na garantia dos direitos sociais. Contudo, é válido ressaltar que nos âmagos das estruturas sociais se encontra o racismo, o preconceito e discriminação que insiste estar presente ainda em muitos lugares em nossa sociedade.

Com a luta do Movimento Negro tem o surgimento da Lei nº 10.639/03 tornando obrigatória em todo o currículo escolar em estabelecimentos públicos e privados a inserção da história e da cultura africana e afro-brasileira a serem trabalhadas no desenvolvimento do calendário escolar, além de trazer o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Diante do exposto, o principal objetivo desta pesquisa consiste na investigação da implementação da lei nº 10.639/03 na escola Centro de Ensino Estado do Ceará, e como a escola coloca em prática os estudos sobre a história e a cultura Afro-brasileira e Africana e as Relações Étnico-Raciais, como esta é inserida no espaço escolar e a forma de trabalhado com os alunos, sobretudo na disciplina de Sociologia enquanto contribuinte para o combate do racismo, preconceito e a discriminação dentro de sala de aula. Observando a implementação da lei dentro do espaço escolar, através da

pesquisa e dos relatos dos entrevistados durante todo transcorrer da pesquisa que foi realizada dentro da escola. A pesquisa, utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa através de uma entrevista semiestruturada que teve um roteiro ao qual trazia perguntas relativas a Lei nº 10.639/03, assim como esta é colocada em prática dentro do ambiente escolar. As entrevistas realizadas na escola tiveram como espaço amostral 5 (cinco) pessoas, sendo 3 (três) alunas das 1ª a 3ª séries do Ensino Médio, 1 (um) professor de sociologia, e 1 (um) diretor.

A realização desta pesquisa consistiu de uma indagação pessoal sobre o papel do negro na sociedade, através de questionamentos internos, de como é inserido sua participação no contexto social. Assim acreditando, que essa pesquisa deverá contribuir tanto para o campo educacional quanto aos estudantes, para que possam conhecer a contribuição da população negra para a formação identitária, histórica e cultural do país, além de contribuir com a disciplina de sociologia de maneira que é contribuinte para o combate ao racismo, preconceito e a discriminação, através dos conteúdos que podem ser abordados pela disciplina, a partir dos exemplos que forem citados no decorrer da pesquisa.

Esta pesquisa monográfica contém 3 capítulos com temáticas que correspondem com a proposta apresentada para a realização da mesma. O primeiro capítulo compreende o estudo do início das relações raciais na história do país, como culminou o aparecimento do racismo e os impactos na população negra no Brasil, de maneira a refletir sobre o conceito dos termos raça e racismo e as diferentes maneiras que se encontram dentro do ambiente social brasileiro. Além disso, apresenta-se a história da população negra no Brasil, com as lutas por seus direitos e os movimentos que lutam pela população negra.

O segundo capítulo aborda a luta do movimento negro pela educação étnico-raciais dentro dos espaços escolares e nos livros didáticos no Brasil, valorizando e respeitando as diversidades culturais dentro do país, e a luta do movimento negro para que a população negra tivesse o direito a educação, que foram negados desde o período escravocrata e pós-abolicionista, assim com as várias ações, proposições e conquistas do movimento negro ao direito à educação.

No terceiro capítulo contém toda a pesquisa de campo que ocorreu na escola Centro de Ensino Estado do Ceará visando a Lei nº 10.639/03 e a sua aplicabilidade dentro do espaço escolar, sobretudo ensino da Sociologia, e o combate do racismo dentro da escola através das práticas pedagógicas. Assim como num primeiro momento a reflexão sobre a Lei nº 10.639/03, com os limites e as possibilidades que está traz para a sua implementação.

1. AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E O RACISMO NO BRASIL

As relações raciais no Brasil acontecem desde o período do descobrimento do Brasil. Segundo Silva e Soares (2011), tem seu início, com a chegada dos portugueses, e, conseqüentemente, com a exploração da mão de obra indígena e posteriormente a africana, o que mais interessava por detrás das violências o estado de saúde dos escravos para trabalhassem para os senhores em condições precárias e insalubres.

Após o período escravagista, tem-se a discussão sobre o papel do negro na sociedade, de maneira que ao tempo o racismo aparece de forma científica a partir do surgimento das academias científicas, onde os jovens que faziam parte desta tinham a cientificidade como seu argumento principal, o que, conforme Theodoro (2014), validava a inferiorização das raças enquanto justificativa de atraso de desenvolvimento do país. Com o racismo cada vez mais forte, surgem as políticas de embranquecimento e a ideia da democracia racial.

1.1A população negra na história do Brasil

Iniciamos a história do negro no Brasil a partir do período colonial, com a vinda de africanos e a imposição do trabalho escravo. A escravidão no Brasil durou 300 anos e as mazelas históricas são sentidas até hoje como apontam alguns indicadores das desigualdades sociais. De acordo com Santos (2002) a escravidão no Brasil, se justificou para que os negros escravizados através do batismo tivessem a alma e o corpo libertos após a sua morte, de modo que a escravidão também é descrita a redenção da alma dos negros escravizados. A construção da imagem negativa do negro, ao qual foi perpetuada no decorrer da história, em meio de que as várias justificativa daquilo que é considerado ruim, é associado ao negro. O documento *Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*¹, demonstra na tabela abaixo, as desigualdades principalmente em relação de renda de pessoas brancas e não brancas no país em 2013.

¹ Norma Técnica escrita por Daniel R. C. Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura, no ano 2013 através do IPEA, demonstrando as desigualdades sociais do racismo na sociedade, fazendo uma menção ao período de escravidão, assim como as faltas de oportunidades na sociedade para a população negra, implicando na mesma capacidade profissional entre pessoas brancas e não brancas, assim como a violência que se faz presente em todo o país. **Está disponível**

Tabela 1 – Distribuição das Populações Negras e Não Negras por Faixa de Renda

Percentis de Renda da população em geral	% da População Negra em Cada Percentil de Renda	% da População Não Negra em Cada Percentil de Renda
10% mais pobres	11,66	5,41
10% a 25%	32,77	20,96
25% a 50%	10,85	9,21
50% a 75%	25,34	27,23
75% a 90%	12,58	19,37
10% mais ricos	6,80	17,82
	100,00	100,00

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010. Elaboração IPEA/DIEST.

Temporalmente, o Brasil foi o país que mais se utilizou da mão de obra escravizada para movimentar a economia local. Amaral (2011, p. 8) afirma que “Destes, mais de um terço, ou cerca de 4 milhões de escravizados foram trazidos para o Brasil. O que evidencia o alto grau de comprometimento dos brasileiros com o tráfico de escravizados”.

Os africanos escravizados tinham como primeiro destino os portos brasileiros, a partir de então novas rotas eram traçadas, diferenciados e condicionados para a servidão e para o trabalho pesado.

Começaram trabalhando no litoral, no corte do pau-brasil e, posteriormente, no trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar. Depois, foram levados para o interior do território e regiões longínquas para trabalhar na mineração, na criação de gado, no cultivo de cacau, nas charqueadas, na exploração das “drogas do sertão”. Trabalhavam também no serviço doméstico, nas construções públicas de todos os tipos e no comércio de gêneros alimentícios. (AMARAL, 2011 p. 9).

Além, dos negros serem vítimas da escravidão, trabalharem em péssimas condições, poderiam ser vendidos pelos senhores enquanto moeda de troca e venda. Muitas vezes, os negros eram violentados até a morte, principalmente quando ousavam resistir ao processo.

Assim, com base em estudos realizados por teóricos como Silva e Soares (2011) compreende-se que nas relações raciais no Brasil, o homem branco era o senhor, e os negros que eram escravizados e trazidos de seus

países de origem de forma forçada eram somente para os trabalhos pesados dentro das lavouras, desde que fossem viris e saudáveis para o trabalho manual independentemente das péssimas condições insalubres e das implicações negativas inseridas nas entrelinhas das dinâmicas sociais. Portanto, em meio ao período escravista, existiam os negros que trabalhavam nos centros urbanos deste período, sendo denominados negros de ganho.

“Entretanto, as pesquisas têm mostrado que não eram raras as ocorrências de escravos que saíam à noite e aos domingos, voltando ao trabalho no dia seguinte. E que eram comuns que escravizados desempenhassem funções que necessitavam de uma maior liberdade de ir e vir, como os escravizados que trabalhavam no transporte e venda de alimentos ou que trabalhavam embarcados.” (AMARAL, 2011 p. 11).

Já as mulheres negras, o papel exercido por elas era na venda de hortaliças, comidas, etc., (algumas delas conseguiam comprar a sua alforria), outras trabalhavam dentro das casas cuidando das tarefas domésticas e/ou da criação dos filhos (as) dos senhores, de modo que, estas mulheres por sua vez eram vítimas de abusos físicos, morais e sexuais pelo seus senhores.

Para Vargas (2016) as mulheres negras no período da escravidão brasileira, são referências de lutas e resistência desde esta época. Neste contexto, tendo como exemplo, as negras de tabuleiro, de acordo com Luciano Figueiredo (2012 apud Vargas 2016, p.9) estas superavam as dificuldades vividas neste período, de modo que sempre utilizaram de suas forças, para resistirem as torturas, aos açoites, e aos castigos que sofriam devido a escravidão, conseguiram comprar alforrias e juntar dinheiro. Com base ao exposto, Vargas (2016) descreve que:

Ser mulher e negra numa sociedade escravista era muito difícil. Elas estavam à mercê de todo tipo de violência; tiveram que enfrentar a crueldade da escravidão, o governo, a opressão dos homens, não só dos seus senhores, mas também de companheiros violentos ou mesmo homens que viam nelas uma forma de atingir seus objetivos (usando o trabalho das mulheres negras para comprar sua liberdade, para sustentá-los, entre outros) e não mediam esforços para alcançá-los. (VARGAS, 2016 pg. 11)

Em referência à forte pressão britânica para que acabasse com o tráfico de escravo, em 1850 pela segunda vez, o governo brasileiro criou a lei anti-tráfico, que consistia em acabar com o tráfico de escravo. A partir dessa lei era considerada pirataria o tráfico de escravo e aqueles que não respeitassem essa lei seria preso e pagaria para que os africanos voltassem para o seu

continente de origem. No entanto, aqueles que compravam escravos não poderia sofrer nenhuma sanção de contrabando, porém, a lei anti-tráfico não foi cumprido pelos donos de escravos.

Assim, no ano 1845 o governo britânico tomou medidas drásticas para com o governo brasileiro, criando a lei Bill Aberdeen. Esta lei tinha como objetivo confiscar os navios que eram usados na finalidade do tráfico de escravo, mesmo que os navios estivessem navegando em território brasileiro. Assim com os ingleses interferindo para que acabasse o tráfico de escravos no Brasil, os escravos pensavam que o governo britânico estavam ajudando para liberta-los da escravidão no Brasil.

Com isso, em Salvador em 1835 os escravos fazem uma revolta, onde ficou conhecida como Revolta dos Malês, que tinha como finalidade de tomar a província da Bahia. No entanto, devido uma denúncia que foi feita a revolta durou apenas algumas horas. Essa revolta teve grande repercussão no Brasil e no mundo, sendo que essa revolta acabou que assustando os senhores daquela, contribuindo para que acabasse o tráfico de escravo. No Maranhão em 1838, a revolta dos escravos ficou conhecida como Balaiada, está revolta se deu em um mesmo momento que a política brasileira neste período estava passando por uma crise. Acreditavam que esta seria uma revolta muito grande onde reuniriam pessoas de diferentes localidades sendo elas dos mocambos e das senzalas que existiam no Maranhão, fazendo com que os donos de escravos e o governo se assustassem com tamanha repercussão (ALBURQUEQUE; FILHO, 2006). Assim, afirma-se que a Balaiada:

Em 1839, mais de dois mil negros liderados pelo liberto Cosme Bento das Chagas se estabeleceram numa fazenda às margens do rio Preto, cujo dono foi obrigado a conceder cartas de alforria aos seus duzentos escravos antes de ser morto. Em 1840, de novo Luís Alves de Lima e Silva foi enviado para a região com a missão de pôr fim àquela situação [...]. (ALBURQUEQUE; FILHO, 2006 p. 141)

Em meio à resistência escrava houveram as fugas dos escravos. Amaral (2011, p. 29) afirma que “a fuga representou um modo significativo no processo de resistência ao cativo e de auto-afirmação da condição humana do escravizado em oposição ao sistema escravista”, ou seja, a fuga significava a liberdade, em que deixariam de trabalhar como escravo. A partir das fugas

começaram a surgir os quilombos. Podemos citar alguns quilombos mais conhecidos:

Quilombo dos Palmares. Palmares foi um quilombo formado no século XVII, na Serra da Barriga, região entre os estados de Alagoas e Pernambuco [...] o **Quilombo do Ambrósio**, onde viviam cerca de 600 escravizados fugidos. Foi também este o caso do **Quilombo Buraco do Tatu**, surgido nas proximidades de Salvador, em meados do século XVIII. Quilombos como o do Ambrósio, e o do Buraco do Tatu tornaram-se muito comuns nas últimas décadas da escravidão brasileira. (AMARAL, 2011 p. 33-34).

Os quilombos surgidos no período da escravidão eram os locais onde os negros que fugiam das senzalas, normalmente ficavam em lugares afastados das cidades, localizavam-se em meio à mata, montanhas etc. Os escravos que fugiam acreditavam na liberdade e na preservação da sua cultura.

Na atualidade, os quilombos se modificaram bastante ao longo dos anos, desde sua infraestrutura. As comunidades quilombolas possuem o seu desenvolvimento tanto econômico quanto social, onde tem a participação de suas representações nas esferas das políticas públicas, visando um modo de vida através da sustentabilidade ambiental, social, econômica, cultural. Neste cenário atual é possível observar as conquistas que os quilombolas obtiveram, dentre as quais: o direito as suas terras que estes ocuparam ao longo dos anos, bem como o decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamentou as suas identificações, suas terras, reconhecimento, sendo que atualmente podem ser encontrados 3.524 quilombos no Brasil atual. (BRASIL, 2008)

Em se tratando da religiosidade de matriz africana, a mesma está presente em todas as regiões do país e ao longo de toda a história da formação social brasileira, desde o período colonial, fazendo presente até hoje no país. De acordo com Amaral (2011, p. 40), a região Sudeste com os negros vindos do Congo e da Angola, tinha nas suas práticas religiosas o culto aos “ancestrais e os inquices (como eram chamados genericamente às entidades dos cultos congo-angolanos no Brasil)”.

No entanto nas regiões do Maranhão e na Bahia as práticas religiosas de matriz africana era daqueles que vinham do Daomé, onde “Estes grupos cultuavam deuses chamados de voduns. Para a Bahia vieram também grupos

que falavam a língua iorubá, que cultuavam deuses denominados orixás.” (AMARAL, 2011 p. 40), demonstrando assim que as religiosas de matrizes é presente em todo país.

Após um longo período de escravidão os negros começaram a lutar cada vez mais para que acontecesse abolição. Em 1870 com pressões para que acabasse com a escravidão, bem como a imagem do Brasil como país escravista, tem-se a Lei do Ventre Livre, regida pela lei de nº 2.040 de 28.09.1871. A Lei do Ventre Livre foi promulgada pela princesa regente em nome do então imperador do Brasil D. Pedro II. Concedeu que os filhos das escravas que nasceram a partir dessa lei fossem livres, além de reconhecer que os escravos podem ter as suas economias que eram denominadas como pecúlio, e que este a partir do momento que obtivessem as suas alforrias concedidas, os senhores não poderiam mais revogá-las por conta de ingratidão ou caso descumprissem as obrigatoriedades que fossem estabelecidas. Assim como os escravos poderiam entrar com ações de liberdades nos tribunais. A Lei dos Sexagenários regida pela Lei de nº 3.270 de 1885 surgiu para que os escravos com mais de 60 anos tornassem livres. Esta lei estabelecia a tabela com o preço de cada escravo, onde seu preço era estabelecido conforme a idade e o gênero, sendo que as escravizadas equivaleriam a 25% do valor que era estabelecido em valor ao sexo masculino. (AMARAL, 2011).

No final dos anos de 1860 até 1880, surgiram mais associações que promoviam encontros para recolher dinheiro para comprar alforrias. Faziam ações em prol da libertação dos escravos, sendo que a cada libertação de escravo, eram divulgadas na imprensa daquele período, incentivando outras alforrias.

Desde o período escravista houve a luta do negro contra a discriminação racial, ao qual já era presente na sociedade, de maneira que o racismo também já era denunciado. Tem-se Luiz Gama² que foi liderança

² Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu em Salvador na Bahia, filho de uma escrava liberta Luísa Mahin, foi vendido como escravo pelo próprio pai, ao chegar no rio de janeiro como escravo, foi vendido novamente, para outro negociante de escravo da época, porem ao chegar ao estado de são Paulo não foi vendido, ficando assim na casa deste. Fugiu em seguida conseguiu documentos e com isso comprovando a sua liberdade, pois o mesmo era filho de escrava liberta, de modo que trabalha como tipografo do jornal, era considerado como advogado autodidata, publicou diversos artigos com suas ideais abolicionistas.

contra as práticas racistas e discriminatórias, e a liberdade dos escravos. Destaca-se o seguinte:

Havia ainda quem associasse o fim da escravidão à luta contra a discriminação racial, era o caso de Luiz Gama, um ex-escravo que se tornou liderança abolicionista e que, como rábula, defendeu a liberdade de centenas de escravos nas ações de liberdade. Gama foi um dos primeiros a denunciar o racismo contra o negro. (AMARAL, 2011 p. 52)

Após a abolição da escravatura, passa-se a discutir o papel do negro na sociedade bem como a sua contribuição na história do Brasil. Segundo os autores Silva e Carvalho (2010) no artigo “a Integração do Negro na Sociedade de Classes: a resistência negra sob perspectiva” escrito por Florestan Fernandes traz o retrato do negro na sociedade após o período escravagista que continuou sendo marginalizado, não obtendo oportunidades para sua ascensão social.

Para Carneiro (1998) citado por Silva e Batista (2010, p. 06) o negro continuou sendo marginalizado, assim como vivendo na miséria, pobreza, fome. Desta forma a sua condição de ser liberto ou escravo não se modificava por questões estruturantes de uma sociedade que historicamente excluiu uma parcela majoritária nas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais do país. Assim como Carneiro (1998 apud SILVA; BATISTA 2010 p. 06), Cotrim (2011 apud SILVA; BATISTA 2010 p.06) afirma que o negro foi abandonado pelo governo daquele período, vivendo assim em condições insalubres, sendo discriminados pela sociedade, e não tendo nenhuma forma de política pública voltada para as suas especificidades.

Através de suas lutas por liberdade, conseguindo acabar com a escravidão e se alforriado, o negro continuou sendo tratado inferioridade diante do homem branco, e outra questão é em relação à desigualdade, onde está se reflete até nos dias atuais, principalmente no que se refere aos trabalhos, à educação e muitas outras.

De acordo com Freitas (2012, p. 4) “[...] a abolição da escravidão no Brasil não foi capaz de eliminar a violência e o racismo contra os negros. Assim, a carga de exclusão do negro no sistema escravista continuou sendo um forte atributo dos negros “livres””, ou seja, por mais que tenha se passado a

escravidão no Brasil, o negro continua sendo marginalizado na sociedade, estigmatizados e violentados fisicamente, estruturalmente e simbolicamente.

A bandeira por igualdade racial no século XX, ficou somente com o movimento negro que lutavam pelos direitos que os negros tinham na sociedade, porém havia outros segmentos daquela época, que acabaram não seguindo a bandeira pela igualdade racial. Segundo Bento (2000 apud THEODORO, 2014 p.6) somente entre os anos de 1990 a 1995 que os sindicatos passaram a incluir em suas pautas e reivindicações a temática da igualdade racial. Já no século XXI, o tema da desigualdade passa a ser configurada num projeto, para que houvesse a modernização e democratização nacional. Theodoro (2014, p.7) afirma que “[...] a temática racial desembarcara em 1988 com a criação da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura e tendo por objetivo a promoção e preservação das manifestações da presença negra na sociedade brasileira”, contribuindo para o repensar sobre o conceito de história e cultura brasileira. Atualmente a Fundação Palmares é o órgão responsável pela certificação das terras quilombolas no Brasil. De acordo com Brasil (2008) no site da Fundação Cultural Palmares foram mapeadas 3.524 comunidades quilombolas, podendo chegar a 5 mil. No estado do Maranhão existem 713 comunidades quilombolas reconhecidas em todo o estado, sendo 518 certificadas. (MARANHÃO, 2018).

Com o passar dos anos podemos notar as conquistas que se tiveram, para se ter igualdade racial, e valorizar a cultura negra na sociedade. Nesta conquista se relaciona no âmbito educacional, as várias denúncias contra o racismo, discriminações. Podemos destacar A Marcha Zumbi que aconteceu no ano 1995 reunindo homens e mulheres negros (as) em Brasília para entregar ao então presidente da república Fernando Henrique Cardoso reivindicações, destacando o seguinte:

Algumas universidades, entre elas a USP, produzem o documento Zumbi, tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares com proposições sobre políticas antiracistas, as chamadas ações afirmativas, com ênfase na educação. As manifestações daquele ano culminam na Marcha zumbi dos Palmares: Contra o racismo, pela cidadania e a vida, na qual cerca de 10 mil negros e negras foram a Brasília com um documento reivindicatório [...]. (POR, 1996 apud BRASIL, 2005 p.54).

De acordo com Theodoro (2014) com a realização da Marcha Zumbi foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra com base na reivindicação que foi apresentado na marcha, com isso considerando o governo de Fernando Henrique Cardoso o reconhecimento da existência do racismo e a discriminação contra a população negra no país. No ano de 2001 aconteceu a III Conferência contra Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância, que aconteceu em Durban na África do Sul, sendo organizada pela Organizações das Nações Unidas. A Conferência trouxe grande impacto para todo o país, no que diz respeito à igualdade racial, com a criação do estatuto de igualdade racial, assim como a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), medidas que entraram em vigências em todo território brasileiro. Theodoro (2014, p.7) afirma que “somente em 2003, o recém-eleito Presidente Lula, resgatando compromisso de campanha, cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)”. Esta secretaria foi criada a partir de uma medida provisória nº111 de 11 de março de 2003, após vários anos de lutas do movimento negro para que houvesse políticas de igualdade no país. Passa a revigorar através da Lei nº 10.678 de 2003, o estatuto da Igualdade Racial, para fortalecer a legislação que aborda essa temática, bem como regulamentar a Política Nacional de Igualdade Racial.

O estatuto de igualdade racial, está para assegurar os direitos da população negra, reafirmando a necessidade da garantia de igualdade de oportunidades para toda a população brasileira. O estatuto está disposto através da Lei nº 12 288 de 20 de Julho de 2010, em seu Art. 1º, temos os seguintes conformes:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010, p. 1)

Ao longo da lei que estabelece o estatuto de igualdade racial é referendada a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), cujos objetivos articulados no Art. 48 a nível nacional:

Art. 48. São objetivos do Sinapir:

I - promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas;

II - formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra;

III - descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais;

V - garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas. (BRASIL, 2010, p. 10-11)

Na perspectiva das políticas públicas voltadas para o acesso e permanência de jovens negros na universidade, salienta-se a Lei nº 12.711/2012 ou Lei das Cotas Raciais que garante 50% das vagas das universidades e institutos federais, para estudantes da rede pública de ensino e aqueles que se auto declaram negros, pardos e, indígenas, deficientes físicos e aqueles que tenham como renda familiar de 1,5 salário-mínimo sendo que este valor pode ser igual ou menor, garantido assim uma maior inserção dos mesmos nas universidades públicas do país. Assim, no que se refere à inserção dos jovens negros nas universidades, vem aumentando devido às políticas públicas. Para que estes tenham acesso às universidades públicas e privadas de todo o país, promovendo assim os direitos iguais a todos a educação. Podemos observar:

“[...] crescimento no acesso 213 dos estudantes negros ao ensino superior, que, em função de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), bem como a política de cotas para estudantes negros instaladas por diferentes instituições de ensino superior em todo o país [...]”. (THEODORO, 2014 p. 9).

As desigualdades sociais no país vem desde muitos anos, podendo estar associada ao gênero, raça e classe, sendo principal vítima homens e mulheres negras. A violência contra população negra, por mais que se tenham todas estas conquistas na sociedade, vem aumentando cada vez mais. Além da violência, outro fator que pode ser colocado é referente à educação durante todos esses anos, de modo que o negro foi o maior prejudicado, devido à negação desse direito, após anos de lutas. De modo, que as desigualdades sociais que acontecem no meio social, advêm desde este período, fazendo com que o negro segue excluído da sociedade, devido ao racismo, a discriminação e o preconceito que ainda persistem até hoje, assim no próximo

item poderemos ver a reflexão sobre como se iniciou a conceitualização do racismo e de raça no Brasil.

1.2 Reflexões sobre o Conceito de Raça e Racismo no Brasil

Para iniciarmos as reflexões sobre o conceito de raça e racismo no Brasil, tem-se que analisar os primeiros conceitos que foram estabelecidos em seu início sobre raça. O conceito de raça em seu primórdio era usado apenas pela ciência natural, onde Munanga (2003) descreve que era usado pela zoologia e botânica para a classificação dos animais e vegetais. Com o passar dos tempos outros conceitos surgem, sobretudo no campo antropológico, tomando dimensões semânticas, temporais e espaciais.

As reflexões sobre o conceito de raça no Brasil, não eram tão pertinente no início do século XX devido que não se tinham essa preocupação em relação às raças, pois somente com as teorias racionalistas começaram a serem integradas nas suas conceitualizações. Assim que iniciaram com estas teorias aqueles que eram considerados como construtores enfrentavam obstáculos para colocá-las, devido que era ressaltada a importância dos mulatos³ e mestiços havendo certa incoerência nesta relação, pois eram considerados híbridos onde não poderiam ter filhos. Appiah (1997, apud GUIMARÃES, 1999) relata sobre o que de fato é o racialismo, apontando que:

Racialismo é a doutrina segundo a qual "existem características hereditárias, possuídas por membros da nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham, entre si, certos traços e tendências, que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça. (Appiah 1997, p. 33 APUD GUIMARÃES 1999, pág. 147).

No entanto, Guimarães (1999) coloca que o conceito raça tinha outra significação, de modo que se utilizava para definir a força de vontade, o caráter, onde nem sempre para defini-las como divisões da espécie humana em que especificaria pelo cor de pele da sociedade. Assim, Guimarães (1999, p. 3) afirma que para “Gilberto Freyre: raça é uma invenção estrangeira, ela mesma sinal de racismo, inexistente para o povo brasileiro”, ou seja, essa ideia

³Mulato é aquele que é descendente de Europeu e Africano.

destaca a negação do racismo e discriminação, que existia para a sociedade no brasileira neste período. Entretanto vale ressaltar que:

[...] no Brasil, o ideário anti-racialista de negação da existência de "raças" fundiu-se rapidamente com uma política de negação do racismo como fenômeno social. Entre nós existiria apenas "preconceito", ou seja, percepções individuais equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais. (GUIMARÃES, 1999 p. 3)

Assim com as ideias antirracista no Brasil, de que não se existiram essa conceitualização de raça, começaram aparecer as políticas voltadas para a negação do racismo, onde coloca que não existiria o racismo apenas o preconceito, sendo que Appiah (1997) e Guimaraes, (1999, p. 3) afirma que “o racialismo não implica necessariamente racismo, com melhor razão o anti-racialismo não significa, na prática, anti-racismo”, pois a ideias das teorias racialistas eram estabelecidas a partir de que cada raça possuía a sua característica única, sem que não existisse nenhuma outra igual.

A política de embranquecimento aconteceu neste período em que o enfoque era a superioridade das raças, chega ao Brasil a partir da obra de Gobineau com ideia da existência da hierarquia racial⁴. A Gobineau⁵ condena a mestiçagem, pois o mesmo acreditava que haveria uma predominação da característica da raça considerada inferior, cujo cruzamento entre as raças poderiam causar danos para as futuras gerações que não se deveria esperar tanto destas.

Segundo Amaral (2011, p.58) “Gobineau defendia que o mestiço era um ser biologicamente inferior, com extinção prevista após poucas gerações e a solução do problema racial do Brasil, para ele, seria o incentivo à imigração e o não-cruzamento entre raças”. Essas imigrações consistiam para que o Brasil torna-se um país somente com pessoas brancas, que eram consideradas com

⁴Gilberto Freyre (2003, p. 210) na sua obra *Casa Grande & Senzala*, demonstra que os sociólogos que se consideravam como arianos que insistam na defesa da existências de superioridade das raças. No entanto, contra entre esses gritos que é feito pelos sociólogos arianos existem evidências históricas, sendo essa superioridade raça só se deu por conta desse período colonial, a escravidão.

⁵Joseph Artur de Gobineau ou Conde Gobineau, era francês ficou conhecido devido à obra “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, devido ser branco e loiro, acabou se fundamento nestas características dos nórdicos vikings, estes é considerada a raça que teria levado a civilização ao caminho certo, além de considerar ariano (SILVA; BATISTA,2010). Gobineau em seus escritos coloca o Brasil como um país atrasado as varia raças que eram encontradas, atribuindo as doenças e as faltas de desenvolvimento no país devido à miscigenação.

superiores. Com essa ideia de Gobineau, as raças inferiores deveriam ser extintas e os não-cruzamento entre raças seria o necessário para resolver o problema racial que estava acontecendo no país.

No Brasil, as relações raciais ficam cada vez difíceis a partir da política de embranquecimento ao qual tinha como função a extinção da raça negra e mestiça na sociedade. Gobineau em defesa dos seus argumentos parte das mesmas perspectivas de Charles Darwin com a seleção natural das espécies. O livro “A Origem das Espécies” é considerado um divisor de águas sobretudo na discussão da supremacia das raças. O Darwinismo Social, defendido por Darwin, considera a sobrevivência das espécies mais fortes e o desaparecimento da mais fraca como etapas cruciais definidoras da evolução natural. Fazendo analogia às espécies animais, agora partindo da racionalidade humana, segundo o Darwinismo Social a raça branca seria considerada como superior e tenderia a continuar existindo, enquanto a raça negra, tida como inferior, desapareceria, perpetuando-se a lei do mais forte.

Nesta perspectiva, tem-se no Brasil Silvio Romero⁶ que era um dos precursores da ideia de Gobineau sobre considerar a raça branca como superior e que se prevaleceria a seleção natural.

Silvio Romero, considerando a raça branca superior, previa um branqueamento da população brasileira, através da seleção natural do “mais forte”. Em última instância, ao final desse processo, deveria emergir um povo branco. Branco também deveria ser, para ele, o caráter nacional. (AMARAL, 2011 p. 61)

Silvio Romero considerava que o negro seria o mal para a raça branca, devido que os negro eram considerados como inferior, com isso fazendo que toda a noção fosse considerada como atrasada. Outro que pregava o embranquecimento como caráter nacional, foi à teoria de Oliveira Viana⁷, sendo que este considerava que a população branca era o caráter nacional, ou

⁶ Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero ou Sílvio Romero, nasceu em Largados em Sergipe, foi professor, crítico, polemista, atuando também dentro da história literatura do Brasil. Segundo Silva e Batista (2010, p. 11) afirmam que Sílvio Romero foi “um homem de seu tempo”.

⁷Francisco José de Oliveira Viana ou Oliveira Viana, foi professor de direito criminal, membro da Acadêmica Brasileira de Letras, Sociólogo, tem como um das obras conhecida A Evolução do Povo Brasileiro, e com a referida obra foi muito crítico devido as suas colocações racistas, como teórico acreditava na superioridade das raças, negando desta forma as contribuições que os negros fizeram na história do país, assim como na formação da identidade do Brasil, acreditava no embranquecimento da população para que pudesse alcançar o nível auto de civilização (SOUSA, 2013).

seja, representação da população brasileira. Oliveira Viana além de também acreditar na supremacia das raças defendia também a família patriarcal. Para ele, a formação racial, assim como Romero, tinha o embranquecimento como caráter nacional devido que a partir daí a população brasileira conseguiria ter uma maior grau de civilização. (SILVA; BATISTA 2010)

Nesta perspectiva, nota-se que com o racismo cada vez mais forte, queriam acabar com a miscigenação, bem como criar uma nação totalmente branca, fortalecendo a imigração no Brasil, para que houvesse uma população totalmente branca. Porém, aos moldes do contexto atual acabou não acontecendo. Sendo que além de Silvio Romero, tem-se Nina Rodrigues⁸, Oliveira Viana e Azevedo Amaral⁹ (THEODORO, 2014 p.4), que tinham essa política de embranquecimento como uma solução para todos os problemas do país naquela época, fortalecendo a política da imigração, sobretudo europeia e a repressão à cultura africana e afro-brasileira.

Após esse período voltado para a política do embranquecimento e a superioridade das raças, teóricos como Mario Theodoro (2014, p.5) conclui que “Cai por terra o mote da superioridade racial e ganha força a visão ensejada por um novo autor, inspirador do discurso oficial: Gilberto Freyre”, ou seja, a partir de Gilberto Freyre¹⁰ toda a noção que se tinha sobre a superioridade ressignificada para o sentido de democracia racial.

A ideia de democracia racial enfatizava a dimensão positiva da mestiçagem, em torno da qual teria se constituído a unidade racial e cultural do povo brasileiro, propiciando uma convivência harmônica que permitiria ao país escapar dos problemas raciais observados em outros países. (THEODORO, 2014, p. 2).

Gilberto Freyre e a noção das três raças traz no campo da cientificidade o conceito de mestiçagem positivada, porém sem esquecer a hierarquia racial, onde estas traziam consigo a virtudes daquelas que eram

⁸Raimundo Nina Rodrigues ou Nina Rodrigues nasceu no estado do Maranhão, este foi professor, médico legista que foi influenciado pela antropologia, dentro de suas obras uma delas retratava sobre a degeneração do povo brasileiro devido a mestiçagem, tendo influência das ideias de Lombroso.

⁹Antônio José Azevedo do Amaral ou Azevedo Amaral nasceu no estado do Rio de Janeiro formou em medicina mais não atuou na área, para atuar como jornalista político, tendo como influência o Darwinismo social e o evolucionismo, acreditando na evolução da espécie, assim a superioridade da raça branca e inferioridade da raça negra.

¹⁰Gilberto de Mello Freyre ou Gilberto Freyre nasceu no estado de Pernambuco, teve como uma das maiores obras Casa Grande e Senzala que foi escrita no ano de 1933, a partir desta surge o mito da democracia racial.

consideradas como adiantadas, sendo que essas raças adiantadas seriam a branca e mais civilizadas. Para Freyre (2003) o Brasil harmonioso estaria “livre” do racismo, uma vez que todas as raças, culturas e credos poderiam conviver sem grandes problemas, devidos que todos poderiam viver no país de forma que teriam oportunidades para todos. No entanto na década de 1980, começaram os questionamentos a respeito das políticas voltadas para os negros. Theodoro (2014, p.6) afirma que “o discurso da democracia racial passou a ser questionado no âmbito do Estado brasileiro, dando espaço ao debate sobre políticas específicas voltadas a população negra”, ou seja, este discurso da democracia racial começou a ser revisto, uma vez que inexistiria o paraíso das raças defendido por Freyre e principalmente o discurso de que não se tinha racismo. A falta de políticas públicas voltadas para população negra já assinalava o racismo estrutural brasileiro.

As características fenotípicas marcam o conceito de raça e, conseqüentemente a concepção de racismo no Brasil. No que se refere ao conceito de racismo no Brasil, Theodoro (2014, p. 10) afirma que:

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior.

Contudo o preconceito racial existe em diversos países, mais em circunstâncias diferentes como aponta Nogueira (2006) sobre as situações raciais em que ocorre o preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos. De acordo com Nogueira (2006, p. 5) “um em que o preconceito racial é manifesto e inofismável e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de se superar”, portanto, podemos notar a existência do preconceito racial em diferentes locais, mais de maneira distintas.

Ainda para Nogueira (2006) o preconceito racial pode ser de origem ou de marca, apontando que:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 2006 p.6)

Assim o preconceito de marca é referente a aparência do indivíduo, de modo que o preconceito de origem este é em consequência a sua descendência, e ao grupo étnico que este pertence. Na sociedade brasileira, o racismo se estrutura em diversas formas, limitando a inserção da população negra no mercado de trabalho, excluindo-os do convívio social, e violentando-os cotidianamente. A respeito do surgimento do racismo no Brasil, Guimarães (2004, p.3) afirma que: “O racismo surge, portanto, na cena política brasileira, como doutrina científica, quando se avizinha à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros, e mesmo entre estes e os africanos escravizados”. Alguns autores afirmavam que o racismo científico surgido no século XIX, apoiando-se no ideal de embranquecimento, contribuiria na resolução do problema maior do país ocasionado pela miscigenação.

O racismo pode ser praticado de duas formas: preconceito e discriminação. Theodoro (2014, p.11) assinala que: “A discriminação geralmente é um ato personalizado. Um indivíduo ou um grupo submete outro indivíduo ou grupo a um ato direto de constrangimento ou cerceamento”, de modo que o racismo na discriminação se consistira no ato, ou seja, ocorrem a partir da agressão física, xingamentos.

A primeira lei que considera o preconceito como crime é prevista na Lei Afonso Arinos ou Lei 1.390 que foi sancionada em julho de 1951 pelo então presidente do país naquele momento histórico, Getúlio Varga. Foi a primeira lei que estabeleceu como crime qualquer forma de preconceito, prevendo o direito de igualdade para todos independente de sexo ou cor. A Lei Caó de 1950 ou Lei 7.437/85, prescrevia como crime preconceito contra raça, sexo ou cor sem fiança e imprescritível. O autor de qualquer tipo de preconceito está sujeito também a 5 anos de prisão e multa. Esta lei concedeu uma norma regulamentação para a Lei Afonso Arinos, porém na atualidade está é retratada no caso de discriminação racial.

Entretanto no que se refere ao preconceito, Theodoro (2014, p.11) assevera que: “[...] o preconceito se associa à introjeção dos valores racistas, que dão sentido a práticas e leituras cotidianas em torno das diferenças raciais”, sendo que atualmente se tem uma forma mais sofisticada que é o racismo institucional, sendo considerado como o maior responsável na

reprodução da desigualdade racial. O racismo institucional consiste na ausência de negros em grandes cargos, como também, na falta de oportunidades.

Além disso, o racismo no Brasil é um dos maiores responsáveis da existência das desigualdades, interferindo nos ambientes de trabalhos e nas oportunidades de empregos para os negros na sociedade brasileira, implicando nos altos níveis de violência contra os mesmos na sociedade.

Indiretamente, a discriminação pela cor da pele pode afetar a demanda por trabalho de negros para postos mais qualificados, ou bloquear oportunidades de crescimento profissional [...] Em última instância, o racismo reforçou, ao longo do tempo, o baixo status socioeconômico daquelas populações que foram largadas à sua própria sorte após a abolição, com baixa dotação de capital humano. (CERQUEIRA; MOURA, 2013 p.05).

Assim é necessário um combate cada vez maior contra a discriminação e o racismo, em todo meio social, fazendo-se necessária a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esta desenvolve em todo o país ações de igualdade racial tanto no meio público e privado na tentativa de diminuir as práticas discriminatórias, principalmente contra as pessoas negras, fazendo valer as oportunidades igualitárias na sociedade. A cartilha de política nacional de promoção da igualdade racial se utiliza de diversas ferramentas para se desenvolver a igualdade racial. As desigualdades raciais, a falta de políticas públicas e o racismo estrutural nas áreas básicas e necessárias para subsistência da população brasileira (saúde, educação, moradia, emprego) atrelado ao contexto político e social brasileiro são ressignificados em forma de bandeiras de resistência do Movimento Negro objetivando igualdade de oportunidades e garantia de direitos.

2. A LUTA POR EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Ao discorrermos sobre educação para relações étnico-racial no Brasil primeiramente é importante pontuar que a educação no Brasil colônia era restrita somente para a considerada elite brasileira. Baseando-se nos modelos europeus de educação que eram muito forte naquele período, acabava-se não olhando para a realidade do que estava acontecendo no país, rejeitando a história e cultura africana e afro-brasileira para a formação social brasileira. De acordo com Silva (2007 p.12) “somos oriundos de uma formação que atribui, aos brancos, aos europeus, a cultura que dizem clássicas, pois permanece no tempo, desconhecendo-se culturas dos povos não europeus que também têm permanecido no tempo”, demonstrando que durante muito tempo a formação da sociedade brasileira tinha a cultura europeia como principal cultura em torno do território nacional.

Por mais que no século XIX ao XX houvessem as reformas educacionais a fim de universalizar o ensino, tornando-o gratuito, os negros continuaram a ser excluídos das escolas, de modo que até os conteúdos que eram repassados não condizia com a realidade vivida naquele período. No entanto, podemos observar que:

Não é sem motivos, portanto, que no Brasil a relação entre educação e diversidade predominou no debate educacional na década de 90 do século passado, tomando corpo no final desta década, com forte impacto nas políticas públicas para o século XXI, como estratégia para superação das desigualdades educacionais, cuja frequência é atestada por indicadores socioeconômicos oficiais desde a Primeira República. (VIANA, 2009 p. 39).

Com a falta da diversidade nos conteúdos escolares, o Sistema Educacional se torna o centro do debate na década de 90, trazendo impacto nas políticas públicas do Brasil para que houvesse o fim das desigualdades principalmente na educação.

Entende-se que desde o período da primeira república a educação passou por diversas reformas. O Ato Adicional de 1834, por exemplo, repassou às províncias e a aos governos regionais a responsabilidade pela educação básica da sociedade, em um momento de transição para o período da república. Com isto acaba acontecendo inúmeras reformas no campo

educacional, para que pudesse ter uma organização da educação (FILHO, 2010), sendo elencado por ele algumas, tais como:

1) Reforma Benjamin Constant (1890); Código Eitácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925), todas elas ainda na Primeira República (1889-1930) e, de algum modo, preocupadas em organizar o ensino secundário [...]. (FILHO, 2010, p. 71)

Entretanto, o negro no meio educacional não tinha o direito de frequentar as escolas daquele período, devido à escravidão, as discriminações, preconceito que sofriam pela sociedade. Medidas significativas seriam necessárias para que ocorresse a superação da desigualdade na educação brasileira, tanto a nível de conteúdos escolares quanto no que tange ao acesso e permanência dos jovens negros nesses espaços historicamente a eles cerceados. A esse respeito, Santos, Melo e Lucimi (2012) no seu artigo, coloca sobre a reflexão da educação brasileira do anos de 1960 à 2000, sendo que no ano de 1961 tem a aprovação da lei das diretrizes bases da educação conhecida como LDB, de modo que a educação tem o método de Paulo Freire no processo de alfabetização, no entanto, em 1971 a educação brasileira passa a incorporar um olhar mais a educação daqueles que tinham pouco ensino, de maneira que nesse mesmo período ocorreu as reformas na educação do 1ª e 2ª grau do ensino, de acordo com os mesmos autores a educação na década de 1980 está teve, manifestações por parte dos estudantes para a democracia na política do brasil de modo, que neste contexto ocorreu a privatização do ensino superior, no entanto, em 1980a educação brasileira já havia a tentativa de implementar o neoliberalismo no Brasil, de modo distanciando o direito a educação igualitária para todos.

No Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995 houveram privatizações de algumas empresas estatais que prestavam serviços para sociedade, fazendo com que essa maioria que não detinha nenhum direito ficasse ainda mais excluído no Brasil e em situação muito grande de pobreza.

Segundo o movimento docente que defendia o ensino público e gratuito, através da reforma o governo alinhava suas políticas na direção dos objetivos de natureza neoliberal, propostos pelos organismos internacionais para a educação nacional. Independentemente das polêmicas que suscita o tema, de fato, nunca

antes um governo havia feito tanto pela educação brasileira como fez o governo de Fernando Henrique Cardoso. (HERMIDA, 2012, p. 03)

Deste modo, as políticas neoliberais que foram implantada no Brasil com as privatizações em todos os serviços prestados para a sociedade acabaram por excluir a camada da população que vivia na pobreza em nosso país afetando no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), sobretudo na região Nordeste. Desde o período escravagista brasileiro o negro vem sendo excluído, como podemos destacar:

Considerando esta relação entre a política e a educação, constatamos a existência de desigualdades apontadas, principalmente em âmbito educacional, para a compreensão da necessidade de valorização da educação étnica – racial e do compromisso político do Estado com a população negra. (VIANA, 2009 p. 37)

Além disso, outra questão a ser colocada se referiu aos conteúdos das componentes curriculares escolares, que não fazia nenhuma referência à diversidade cultural e as relações étnico-racial no Brasil, seguindo um modelo eurocêntrico, deixando de lado outras culturas. (PERREIRA, 2014).

A educação étnico-racial no Brasil parte do princípio da valorização da diversidade de culturas, identidades e das relações sociais, com compromisso ético-político pautado no respeito e no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial no ambiente escolar. Neste sentido, entende-se a necessidade da “promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito” (Brasil, 2006 p.23), demonstrando assim que a partir do respeito mútuo e também conhecimento da cultura do outro, se tem uma forma de combate a qualquer tipo de preconceito ou discriminação tanto no ambiente escolar como no meio social.

Além disso, os educadores devem estar preparados para que possam desenvolver essas temáticas em sala de aula, pois o educador ao longo do processo de sua formação como professor deve se apropriar deste conteúdo para poder combater as práticas de discriminações e preconceitos. Para Gomes (2005a. apud VIANA, 2009 p.40):

Considerando o exposto, é necessário que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações sociais, entre outras. Trabalhar

com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas despertar a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar (GOMES, 2005a. apud VIANA, 2009 p.40)

Desta forma os educadores tem o papel importante para que possam desenvolver as temáticas sobre a educação étnico-racial, valorizando o respeito um para com outro, possibilitando a inserção em sala de aula, fazendo com que os alunos conheçam, respeitem e valorizem a cultura afro-brasileira e suas inúmeras contribuições para a história do país.

Assim sendo, o movimento negro teve um papel muito importante na contribuição e na construção de políticas públicas voltadas para a população, principalmente no que se refere no campo educacional, através de suas lutas, instigando a sociedade de forma geral a olhar o negro como parte dos sujeitos pertencentes a história do país.

2.1 A luta da população negra e do movimento negro por educação

Durante e após o período escravista que existiu no Brasil colônia, as lutas contra as desigualdades sociais, discriminação, racismo, e a exclusão dos negros na sociedade se intensificaram cada vez mais, sendo que um dos fatores que mais podem ser visto nesta luta é o direito à educação. Desta maneira Albuquerque e Filho (2006, p. 209) afirmam que: “[...] A ação negra movimentou a cena política em todo o país. Promovendo revoltas urbanas e rurais, a população negra reivindicou as mudanças que o novo regime havia prometido e os ganhos sociais que a Abolição deveria ter-lhes assegurado”, porém nenhum desses direitos que tinham não foi garantido, vivendo em uma sociedade desigual, onde as oportunidades não existiam.

A educação no período escravocrata no Brasil consistia em aulas avulsas com professores improvisados para lecionarem. Porém, essa situação de aulas avulsas acaba mudando em 1808. As disciplinas passam a ser cursos de maiores e menores, sendo considerados como primário secundário e o ensino superior, a partir do momento que a coroa portuguesa passa a viver no país (BEISIEGEL, 1974; PAIVA 198 apud GONÇALVES; SILVA, 2000 p. 3).

Com a criação da reforma de Couto Ferraz em 1854, que garantia direito a educação para as crianças que tivessem 07 anos de idade, somente

estas crianças poderiam ter o acesso ao ensino gratuito no primário e secundário. Entretanto Silva e Araújo (2005, p.68) afirmam que existem: “dois pontos relevantes nesta Lei, que comprovam a ideologia da interdição: primeiro, nas escolas públicas não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas e nem escravos; segundo, não havia previsão de instrução para adultos”, ou seja, desta forma excluindo os escravos, as crianças e adultos negros, devido que naquele período associavam o negro as doenças daquele período, no caso a tuberculose e a varíola. Por mais que neste período houvesse a Lei do Ventre Livre com as crianças que nasceram após esta continuaram com seus direitos negados, continuando a serem excluídos da escola.

Já em 1879, Carlos Leôncio de Carvalho cria o decreto nº 7.247 de 19 de Abril de 1879, onde reformava o ensino dos 07 a 14 anos de idade do sexo masculino e feminino, faixa etária que poderia participar naquele período da escola primária e secundária da corte. Já no ensino superior de todo o império existiam disciplinas específicas tanto para meninos quanto para meninas, ambas distribuídas em séries. Porém, Gonçalves e Silva (2000) garantem que esta reforma de certo modo beneficiaria somente aqueles que eram libertos e livres, que poderiam participar de cursos noturnos. No entanto, em algumas províncias os escravos participavam dos cursos noturnos, já em outros locais como São Pedro do Rio Grande do Sul, nem os escravos e tão pouco os negros libertos e livres não poderiam participar. (PERES apud GONÇALVES; SILVA, 2000 p.3)

No ano de 1910 surgiram os primeiros movimentos da população negra por educação, e as denúncias contra a discriminação, preconceito, racismo e as faltas de oportunidades. A Imprensa Negra, por exemplo, tinha como um dos seus objetivos divulgar nos jornais e revistas daquele período, as reivindicações e suas conquistas que conseguiam ao longo de suas lutas. A imprensa negra surgiu na região sul e sudeste, especificamente em São Paulo e Rio Grande do Sul.

Albuquerque e Filho (2006, p. 259) colocam que “No Rio Grande do Sul, por exemplo, A Alvorada, A Vanguarda, A Cruzada e O Exemplo noticiavam a agenda das associações negras, contribuindo para a organização dos afro-brasileiros no sul do país”. Somente em São Paulo os jornais da

imprensa negra foram mais duradouros. Neste, se tem o primeiro jornal para divulgar as notícias sobre a população, sendo que o nome do jornal era Menelick¹¹, que surgiu em 1915, no período após abolição. Contudo houveram outros jornais que foram fundados pelos militantes negros, com o objetivo de promover debates acerca do papel do negro na sociedade. Estes jornais se denominavam como “o Grêmio Dramático, Recreativo e Literário Elite da Liberdade, Kosmos, Treze de Maio, Brinco de Princesa, 28 de Setembro e O Paulistano” (ALBURQUEQUE; FILHO, 2006, p.261).

Os jornais que tinham como objetivo levar à população negra, além de informações sobre suas organizações, também tinham como função denunciar sobre os protestos, assim como comemorações e bailes promovidos para os negros. Este era entregue em pontos específicos, ou seja, tinham determinadas localidades que se consideram como territórios da população negra nas cidades, sendo locais que somente pessoas negras pudessem frequentar. Como na sociedade naquela época se tinha a negação do racismo, os jornais tinham essa função de demonstrar as discriminações que praticavam contra a população negra.

Dado marcante para a imprensa negra se deu no ano 1928, quando o jornal O Clarim d’Alvorada dedica uma das suas páginas para anunciar a organização do Congresso da Mocidade Negra, indignando a sociedade daquela época, propiciando questionamentos a respeito da organização da população negra para realizar o congresso. No entanto, o congresso não ocorreu devido que não teve recursos para sua realização, demonstrando descaradamente o racismo social brasileiro

Não obstante os jornais por falta de recursos acabaram por fechar em 1929. O jornal O Clarim da Alvorada, por sua vez foi acusado por jornalistas de fazer o modelo de segregação racial que ocorreu nos Estados Unidos da América ao denunciar a sociedade brasileira na omissão do que acontecia com a população negra em termos de preconceito, racismo e discriminação racial.

¹¹Menelick foi um imperador Etíope, que é considerado representante da luta negra no continente africano, devido que este atuou na batalha de Adwa no ano de 1896, que derrotou os italianos. No jornal Menelick todos tinham grande respeito por ele, onde era considerado como o grande rei das raças. (AMARAL,2011, p. 79)

Em contraponto tinham opositores que diziam que o país era para todos, omitindo desta tudo que ocorria contra a população negra.

Outro movimento da população negra aconteceu com a Frente Negra Brasileira (FNB) que foi fundada no ano de 1931, na cidade de São Paulo por Francisco Lucrecio, Dr. Guaraná de Santana, José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Arlindo Veiga da Costa. Assim como outras pessoas envolvidas, tinham como principal ponto de luta a educação de crianças, jovens e adultos da população negra como demonstra o seguinte trecho:

A Frente Negra sempre achou que a luta do negro deveria partir da educação, então ela se preocupou muito em criar os departamentos esportivo, educacional, social, assistencial, e tinha também o departamento de imprensa e biblioteca. Todos giravam em torno da Frente Negra, inclusive as escolas de alfabetização [...], conseguimos do estado quatro professoras[...]. Depois, mais tarde foi que enveredou para a política. Depoimento do Sr. Francisco Lucrecio, um dos fundadores da FNB. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006 p.265)

Além das lutas deste movimento por educação, a FNB se destacou também na luta contra o preconceito que a população negra sofria, assim como a falta de oportunidades no mercado de trabalho para que pudesse ter a ascensão econômica. Este movimento também se fez presente na política, através do meio político conseguiram que o negro integrasse na polícia do estado ou a Força Pública do Estado como era conhecida. A Frente Negra Brasileira, também lutou para que acabasse com o processo de imigração de pessoas vindo dos países da Europa, no governo de Getúlio Vargas, para que aqueles que nasceram no Brasil ocupassem o mercado de trabalho.

Porém, a Frente Negra Brasileira colocava que a população negra devia se integrar à sociedade, isto ocorreu em meio à luta para que houvesse as políticas de inclusão pelo governo de Getúlio Vargas. Albuquerque e Filho, (2006), tinha como principal ideia que para que o negro pudessem se integrar à sociedade daquela época, devia se ajustar aos padrões de comportamento, enquanto um repensar sobre a desigualdade social.

Assim como surgiu a Frente Negra Brasileira em São Paulo, várias outras organizações foram aparecendo em diversas regiões do país como Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, com as mesmas características da paulistana. Estrategicamente, o surgimento de outras FNB

contribui para que houvesse maiores informações dos movimentos negros destas localidades e entre essas localidades, fortalecendo o movimento.

A Frente Negra Brasileira oferecia a população negra consultas para dentistas, cursos de alfabetização a preços baixos para que pudessem pagar por estes tipos de serviços. Mas, tinha outro intuito que era chegar a política de partidos, para que houvesse negros no meio político para representá-los, podendo observar como se relacionava com o governo de Getúlio Vargas naquele período, como colocam Albuquerque e Filho (2006) que está proximidade da Frente Negra Brasileira para com o governo de Getúlio Vargas era somente para que pudessem ter algum prestígio e legitimidade, para atuar na política e que o governo reconhecesse o Brasil como país mestiço e que o governo tivesse olhares voltados para a desigualdades sociais que refletiam também nas desigualdades raciais, de classe e de gênero. Contudo não foi o que aconteceu. Para Albuquerque e Filho (2006 p. 268) “[...] as aspirações dos militantes da FNB estavam longe de serem contempladas pela política de Vargas. Muitas diretrizes de seu governo apontavam justamente para o outro lado”, desta forma a população negra na sociedade ainda era marginalizada pelos governos e não obtendo oportunidades na sociedade.

A Legião Negra¹² nasce em 1932 enquanto luta pelas causas paulistas era um movimento desvinculado da Frente Negra Brasileira (FNB). A necessidade de buscarem também a sua própria identidade, denominavam os seus batalhões de lutas com base nos nomes dos negros que tivessem grande importância na luta negra. A participação da população negra nas lutas pelas causas paulistas, muitas das vezes consistia no ganho de remuneração devido as suas participações nas lutas, assim aconteceu até na guerra do Paraguai. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Entretanto, no mesmo ano, a Legião Negra de São Paulo passou a ter outra denominação no território nacional, chamando-se de Legião Negra Nacional, sob a direção de Guaraná Santana. Por conseguinte, a Frente Negra Brasileira queria tornar-se um partido político, pois acreditavam que a

¹² Foi um movimento que reuniu mais de 2 mil negros, que enfrentaram as forças federais em nome da pátria paulistana, onde está Legião Negra também ficou conhecida como Pérolas Negras. Não lutavam só, juntaram-se também aos batalhões de operários, alemães, portugueses, estudantis, ferroviários, índios, espanhóis, devido que este consideravam que também as causas paulistas também era de interesse da comunidade negra. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

população negra deveria ter um representante negro na política, para acabar com a desigualdade social. Todavia não se obteve tempo para que isso ocorresse, sendo que mais tarde foi acusado de querer fazer o racismo da mesma forma que acontecia nos Estados Unidos. Com governo de Getúlio Vargas e o regime da ditadura militar instaura-se no país sentimentos nacionalistas e extremistas, promovendo na sociedade sentimento de medo e angústias e, para os movimentos sociais a censura das suas demandas frente a ameaça de exílio político. Foi nesse contexto que a Frente Negra bem como outros movimentos neste período encerram suas atividades.

No ano em que a abolição da escravatura completaria 50 anos que havia acabado no Brasil, o jornal A Voz da Raça, deixou de circular assim como também a Frente Negra Brasileira, deixou de existir. Então, Abdias do Nascimento cria o jornal do Quilombo, trazendo uma nova forma de pensamento tanto para os negros como para a sociedade brasileira em geral.

O jornal Quilombo criado em 1948 trouxe como novidade para a imprensa naquele período os grandes intelectuais da sociedade que discutiam nas páginas do jornal sobre o racismo presente na sociedade brasileira, além do caráter informativo e formativo. O jornal atuava também no campo da educação denunciando que os jovens negros não tinham direito à educação, além de denunciar o racismo existente na sociedade, assim como já eram feitos no jornal dos Estados Unidos, e na França, além de enaltecer a beleza negra e a cultura Afro-brasileira. Segundo Gomes (2017) os jornais da imprensa negra traziam nas suas matérias que por meio da educação os negros poderiam ter a ascensão social, fazendo assim um papel importante na luta da população negra diante da sociedade, para que houvesse igualdade para todos.

Este jornal foi considerado como um grande avanço no movimento negro, pois ressaltava a cultura negra, para que houvesse promoção de educação para a população negra. Gomes (2017, p. 29) corrobora que:

A imprensa negra rompe com o imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época. (GOMES, 2017 p. 29)

Romão (2005), assinala que, nos anos de 1949 e 1950, o jornal Quilombo em suas denúncias na área da educação, apontava para que o parlamento tivesse atenção a lei constitucional que determinava a igualdade para todos e a proibição de acesso dos jovens e crianças negras, nas igrejas como forma de ajudar e educar esses jovens. Contudo o jornal deixou de existir em 1950, ficando apenas o jornal O Correio d'Ébano, que também deixou de circular em 1964, considerado o último jornal negro neste período. Somente em 1970 se tem relatos de outro jornal voltado para a questão étnico-racial no Brasil.

Com o jornal Quilombo, em 1944, Abdias do Nascimento cria o Teatro Experimental Negro (TEN). De acordo com Amaral (2011 p.84) “segundo o próprio Abdias, o TEN surgiu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros, além de promover as tradições culturais negras, quase sempre relegadas ao ridículo na sociedade brasileira”, ou seja, o Teatro Experimental Negro (TEN) teve um papel muito importante na vida da população negra, onde através dele houve mais uma vez a luta para que as discriminações raciais acabassem bem na formação dos jovens negros e assim como este possibilitando que a cultura afro-brasileira se tornasse mais visível na sociedade que não dava nenhuma importância. Conforme Gomes (2017 p.30) “O Teatro Experimental Negro (TEN) (1944 – 1968) nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira”, fazendo com que os jovens negros valorizassem cada vez mais a cultura afro-brasileira.

O Teatro Experimental Negro (TEN) funcionava nas dependências da União Nacional dos Estudantes. De acordo com Romão (1999) participaram do TEN mais de 600 pessoas para serem alfabetizadas entre homens e mulheres, sendo que tinha como responsável pela educação o professor Ironildes Rodrigues¹³, membro ativo do Teatro Experimental Negro, contribuindo na formação dos jovens negros, como temos no seguinte trecho:

Conseguimos o empréstimo dos salões e do restaurante da UNE. O restaurante funcionava até umas oito da noite, depois a gente limpava

¹³ Teve grande participação no Teatro Experimental Negro (TEN) responsável pela alfabetização de jovens e adultos negros, nasceu em Minas Gerais no de 1923, era professor e pensador ativo, formou-se no curso de Direito em 1974. (ROMÃO,2005)

tudo evirava um palco (..) No salão decima Ironides Rodrigues dava aula de alfabetização, no salão nobre, Aguinaldo Camargo dava aulas de iniciação cultural e, no restaurante, eu já começava os testes de ator pensando na montagem de estréia(...) O TEN nunca foi só um grupo de teatro, era uma verdadeira frente de luta (NASCIMENTO apud ROMÃO, 2005 p. 119).

O Teatro Experimental além de ter a escolarização dos jovens negros, tinham também outra perspectiva fora a escolarização, era a inserção destes homens e mulheres no mercado de trabalho, e torná-los independente nos caminhos político. De acordo com Nascimento (2003 apud ROMÃO2005 p.130) “duas organizações de mulheres negras foram constituídas a partir dos anos 1950, no âmbito do Teatro Experimental do Negro: a Associação de Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras”, pois as domésticas também fizeram o curso de alfabetização, além disso, estas se fizeram presente nos debates que aconteciam no Teatro Experimental Negro de maneira que estavam nas peças teatrais, organizações, em decorrente. Foram criados estas duas organizações que foram lideradas por Arinda Serafim e Maria Nascimento, sendo que Arinda Serafim foi responsável pela mobilização das mulheres negras que eram empregadas domesticas e já Maria Nascimento mobilizou as mulheres no teatro, enfocando no mundo do trabalho (ROMÃO, 2005, p.130).

Além do Teatro Experimental Negro, Abdias Nascimento se preocupava também com as crianças que não tinham creche para que elas pudessem ficar enquanto as suas mães trabalhavam, este acaba que provocando os pensamentos das mulheres trabalhadoras para que voltassem o olhar para as políticas em torno do controle de natalidades, para que estas pudessem pensar neste ponto.

O Teatro Experimental Negro teve bastante colaboração para que acontecesse o I Congresso do Negro Brasileiro, que ocorreu no ano de 1950, e bem como na Convenção Nacional do Negro Brasileiro. Tinham como interesse trabalhar com os assuntos relacionados com a Poesia, Candomblé, músicas negras, assim como as religiões de matriz africana. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Em meio a todo a este contexto, tem-se o fim da ditadura do governo de Getúlio Vargas com o Congresso do Negro Brasileiro, fortalecendo ainda mais as militâncias dos movimentos negros. Com isso, houve uma pauta para

que fosse reivindicada na Assembleia Constituinte daquele período. No entanto, essas articulações do movimento negro acabaram desagradando à elite da sociedade, de maneira que estes começaram, a dizer que a população negra estava fazendo com a população branca, o que se denominou o racismo às avessas, ou seja, o racismo às avessas ocorria de forma que o negro praticava o racismo contra o branco, algo historicamente impossível de acontecer.

Entretanto esta ideia de racismo às avessas acabou caindo por terra no ano de 1950 quando uma personalidade artística internacional veio para o Brasil e foi vítima de racismo, como podemos observar o seguinte:

Em 1950, o racismo brasileiro viria à tona num episódio envolvendo uma personalidade artística internacional. Em viagem ao Brasil naquele ano, a bailarina Katherine Dunham foi impedida, por ser negra, de se hospedar no Hotel Esplanada, em São Paulo. Ao denunciar que havia sido vítima de preconceito racial, a bailarina questionou a democracia racial brasileira. A repercussão desse episódio, inclusive fora do país, trouxe constrangimento para as elites nacionais (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006 p. 275).

Após este episódio de racismo no Brasil os militantes negros, começaram a pressionar o governo. Tem-se a criação da Lei Afonso Arinos em 1951, que traz como crime o preconceito e o racismo contra pessoas devido a sua cor de pele, garantindo igualdade de direitos e tratamentos igualitários para todos.

Após o Teatro Experimental Negro (TEN), surge o Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR) em 1978, sendo que ao longo do ano este simplificou o nome para o Movimento Negro Unificado. Este teve grande importância também na luta por educação igualitária que envolvesse todos (as). Este movimento trouxe várias mudanças no país onde surgiram outros movimentos em diferentes localidades como:

Em São Paulo, surgiram o Instituto do Negro Padre Batista, o Núcleo de Consciência Negra na USP, a Afrobras; no Rio de Janeiro, apareceu o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP); em Recife, o Djumbay; no Pará, o Centro de Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); em Aracaju, a União de Negros de Aracaju (UNA); no Maranhão, o Centro de Cultura Negra (CCN); em Belo Horizonte, a Casa Dandara, entre muitos outros grupos. Como protesto à ausência de espaço, tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro, as mulheres afro-brasileiras fundaram suas próprias organizações, como o Geledes, em São Paulo; a Criola, no Rio de Janeiro; a Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras de Belo

Horizonte; a Associação das Mulheres Negras, de Porto Alegre (ROLAND, 2000 apud DOMINGUES, 2008 p. 104).

O Movimento Negro Unificado (MNU) teve papel preponderante nas políticas de ações afirmativas para que pudessem acabar com as desigualdades que ocorreram ao longo da história contra a população negra. Este, levou a questão dos cursinhos preparatórios para ingresso nas Universidades para negros e mestiços, em Salvador, tendo como parte de suas propostas as Cotas Raciais, para que estes pudessem ter mais oportunidades para ingressarem na vida acadêmica, na qual esta proposta já é realidade na sociedade atualmente. Para Domingues (2008) a pesquisa realizada pelo IPEA no ano de 1929, apontava a diferença de estudos entre a população negra e branca, demonstrando que dentre as diferenças de escolaridades entre as décadas de 1929 até 1990 a população negra continuou não tendo acesso à educação, demonstrando que a escolaridade entre a população branca e negra estava aumentando no decorrer do século XX.

No Rio de Janeiro foram criados vários cursos pré-vestibulares, a partir da Igreja Católica através de seus debates acerca da educação na Pastoral do Negro de São Paulo. Surgiu o Movimento de Cursos Pré – Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC), que teve seu ponto de partida na Baixada Fluminense especificamente em São João do Meriti. Para Nascimento (2005) este teve como base dois pontos principais:

Em primeiro lugar, a péssima qualidade do ensino médio na Baixada Fluminense, que praticamente elimina as possibilidades de acesso do estudante da região – que é constituída em sua maioria por uma população economicamente desfavorecida e negra – ao ensino superior. Em segundo lugar, o baixo percentual de estudantes negros nas universidades (menos de 5% dos estudantes). (NASCIMENTO, 2005 p. 145)

Nas palavras de Nascimento (2005) a constatação destes dois pontos se deu a partir dos professores do ensino médio e os militantes da Pastoral do Negro de São Paulo, responsáveis pelos conteúdos que eram repassados para os estudantes do cursinho pré-vestibular. Como afirma Nascimento (2005, p. 151) que “Os cursos pré-vestibulares para negros e carentes são partes importantes de uma trajetória de lutas da população negra pela sua condição de seres humanos, em um primeiro momento e de cidadãos a partir do fim do período escravista”, onde se faz necessário reparar as faltas cometidas ao longo

do período da escravidão onde crianças, jovens e adultos tiveram os seus direitos a educação negado.

O próximo capítulo adentrará de fato na Lei nº 10.639/2003 e a pesquisa que foi realizada na escola Centro de Ensino Estado do Ceará, demonstrando a importância do conhecimento sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana no ambiente escolar e em seus componentes curriculares, ressaltando o ensino de sociologia.

3. A LEI Nº 10.639/2003 E OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO

Antes da Lei nº 10.639/2003, já houveram outras tentativas de implementação de leis que ousavam inserir a história e cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar. Nos anos de 1986 à 1998, os estados da Bahia, Belo Horizonte, Piauí, Pará, Sergipe, Rio Grande do Sul, São Paulo em seus municípios sancionaram leis que traziam nas escolas municipais o ensino da História do Negro no Brasil, assim como a História do continente africano, para alunos do fundamental e médio. Como podemos observar no seguinte parágrafo retirado do relatório das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004):

Juntam-se a preceitos analógicos os Art. 26 e 26 A da LDB, como os das Constituições Estaduais da Bahia (Art. 275, IV e 288), do Rio de Janeiro (Art. 306), de Alagoas (Art. 253), assim como de Leis Orgânicas, tais como a de Recife (Art. 138), de Belo Horizonte (Art. 182, VI), a do Rio de Janeiro (Art. 321, VIII), além de leis ordinárias, como lei Municipal nº 7.685, de 17 de janeiro de 1994, de Belém, a Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju e a Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo.(BRASIL, 2004 p. 09)

Santos (2005) discorre que, no Distrito Federal houve a promulgação da Lei nº 1.187/1996, nos seus artigos trazendo o estudo sobre a raça negra, assim como a viabilização de formação constante para os educadores. Para Santos (2005) inexistiu a implementação da lei, de maneira que não se tem a formação dos professores para que possam ministrar as aulas sobre os estudos da população negra dentro das escolas.

Após muitos anos de luta do Movimento Negro, somente no ano de 2003 com a aprovação da Lei nº 10.639 de 2003 que se torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira, modificando desta forma a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que se paramenta a partir da lei 9.394 de 1996, sendo a LDB responsável por todo o conteúdo do currículo das escolas públicas e privadas no território nacional, de maneira que está demonstra todos os parâmetros da educação nacional. A partir de sua aprovação, junto com seu contexto de luta para que houvesse a valorização do negro na sociedade, bem como a suas contribuições para a formação da identidade brasileira, Gomes (2012 p. 24) destaca que:

Portanto, a adoção da Lei e sua concretização em práticas pedagógicas baseadas na educação para (e na) diversidade demandam a reorganização desse lócus numa perspectiva emancipatória, a revisão da cultura escolar, de currículos, de práticas pedagógicas e de relações sociais entre os envolvidos nesse processo, enfatizando a especificidade do segmento negro da população. Tal transformação diz respeito ao reconhecimento da educação, sobretudo a escolar, como um direito de todos e, por conseguinte, da população negra. (GOMES,2012 p. 24)

A Lei de Diretrizes e Base inclui a Lei nº 10.639/2003 nos Art. 26 -A e 79 -A. Podemos observar que no Art. 26 – A da LDB coloca conteúdo que possa ser trabalhado, em sala de aula, assim como estabelece que estes conteúdos nos currículos

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (LDB, 2017 pág. 21).

A Lei nº 10.639/03 possibilita que seja implementado no ensino fundamental e médio, a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira como forma de possibilitar a sociedade brasileira conhecer cada vez mais a diversidade de cultura existente no país, havendo assim um respeito mútuo entre as diferentes culturas. (SANTOS, 2005).

A partir do momento que a Lei nº 10.639/2003 entra em vigor, todo e qualquer estabelecimento de ensino (público e privado) passou a inserir no seu componente curricular a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim, desde o período que foi sancionada está por sua vez, vem sendo aos poucos inseridas nos livros didáticos e no cotidiano escolar, de modo que no contexto atual o livros didáticos, ainda trazem poucos conteúdos relacionados a história da África e do negro no Brasil. Todavia como é descrito, no Art. 79- A, marcando no calendário o dia 20 de novembro¹⁴, como dia da consciência

¹⁴O dia 20 de Novembro nas escolas é comemorado o Dia da Consciência Negra, esta data é comemorada devido a morte de Zumbi dos Palmares que foi um grande líder que lutou pela

negra em homenagem a Zumbi dos Palmares, é colocado em prática em todas as escolas conteúdos alusivos à data 20 de novembro, de maneira que são realizadas diferentes trabalhos com os alunos.

No entanto, Santos (2005 p.33) compreende que a referida lei “não estabelece metas para implementação da lei, não se refere à necessidade de qualificar os professores dos ensinos fundamental e médio para ministrarem as disciplinas referentes à Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003”. Para ela, não é estabelecido em nenhum artigo, em relação a formação continuada dos professores, em relação à história e cultura Africana, Afro-Brasileira e ressalta a falta de componentes curriculares, que fazem referência para com a lei nos cursos de licenciaturas das universidades públicas do Brasil (Santos, 2005).

Em relação à importância do livro didático, que são utilizados em sala de aula, que podem ser trabalhados dentro de todas as disciplinas, podemos ressaltar o documento as Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais (2006), que possui como objetivo principal nortear a prática pedagógica em sala de aula, para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, além de citar sugestões de atividades para serem trabalhados na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Licenciaturas e Educação Quilombola.

Santos (2005) aponta que devido à falta de um órgão responsável para a implementação da Lei nº 10.639/03 a mesma acaba que limitando a sua aplicação somente nas disciplinas de Educação Artísticas, na Literatura e História, não abrangendo assim outras disciplinas do componente curricular. Neste caso as secretarias de educação dos estados e municípios, poderiam atuar como órgão responsável para que tenha a fiscalização de sua implementação dentro das escolas.

A Lei nº 10.639/2003 tem o parecer 03/04 no qual são estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Segundo Ribeiro (2015, p. 09) “[...] O principal objetivo dessas Diretrizes é defender o reconhecimento e valorização da identidade negra, na tentativa de superar e

liberdade da população negra. Dentro que durante muitos anos nas escolas era somente restrito no dia 20 de Novembro. Com o passar dos anos a escola passaram trazer mais discussões sobre a população negra durante todo o ano letivo, envolvendo cada vez mais os estudantes nesta discussão. Sendo o que durante todo mês de Novembro é trabalhado sobre a Consciência Negra. Tendo sua culminância no dia 20 de todos os trabalhos que foram discutidos ao longo do período letivo.

modificar as relações de preconceito, discriminação e racismo no ambiente escolar”. As diretrizes curriculares juntamente com as Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais fortalecem a necessidade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana mais presente no ambiente escolar. No entanto, este parecer é que fortalece as aplicabilidades da Lei nº 10.639/2003 nas escolas, com os professores e nos estabelecimentos para que sejam realizadas as implementações.

Esta lei teve como origem o projeto de lei nº 259 que foi apresentado para ser votado no ano de 1999, tendo como responsável por sua criação os deputados Esther Grossi (PT/RS) e Benher Ferreira (PT/MS). No entanto, quando foi votada acabou sofrendo dois vetos, que aconteceram nos Art. 26-A e 79-A, que no seu artigo 26 acabava que limitando que os estado, município deveriam reformular os seus currículos escolares, fazendo assim, com que cada município se adequasse com base na proposta da lei, através da realidade de cada lugar. Porém, o segundo veto aconteceu no artigo 79-A, por este especificar como deveria ocorrer a formação dos professores conforme era prescrita na lei, ficando assim em contraponto com a LDB que traz as responsabilidades da formação dos professores no artigo 62-A. (RIBEIRO,2015).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana trazem consigo não apenas a valorização da cultura afro-brasileira e africana nos ambientes escolares, mas também a relações étnicos–raciais existentes no país. Como descreve Ribeiro (2015) como formação contínua e para que fossem utilizados em sala de aula pelos professores trouxe:

A publicação de obras voltadas para a questão étnico-racial vem ocorrendo através da distribuição de quase 20.000 kits de A cor da cultura, para todas as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação do país até o ano de 2009. Outras publicações importantes para o trabalho dos professores em sala de aula são as Orientações e Ações para a Implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (SECAD, 2006) e Superando o Racismo na Escola (MUNANGA, 2005)⁹, as quais foram distribuídas pelas Secretarias de Educação e em cursos de formação continuada para a Lei 10.639/03. (RIBEIRO, 2015 p.11)

Assim, a Lei nº 10.639/2003, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de

História e Cultura Afro-brasileira e Africana acabam se tornando fatores principais para que possam ser utilizados em sala de aula, e para a compreensão da sociedade acerca da necessidade de valorização das culturas existentes no Brasil. Porém a referida lei com sua aprovação acabou recebendo inúmeras críticas, como coloca Rocha (2006, p. 88) que:

Ao analisar jornais de circulação nacional, em dias próximos à assinatura da Lei, perceberam-se alguns comentários críticos sobre a mesma. Em 11 de janeiro, o jornal Folha de São Paulo publicou alguns depoimentos e opiniões sobre a recente Lei. Na matéria, Frei David Santos, diretor-executivo da ONG Educafro, que atua em políticas afirmativas para estudantes negros, avaliou como positiva a Lei; todavia criticou os vetos do Presidente da República: "A lei diz que vai ter de fazer, mas não estabelece quanto". Já o assessor de educação do Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia, Benjamin de Jesus Andrade de Oliveira, reclamou da falta de inclusão da cultura indígena na legislação: "Nós temos pedido a introdução de disciplinas para os alunos conhecerem a realidade indígena no país". Regina Estima, pedagoga e pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, ONG que trabalha com ensino público, concordou com a Lei, mas demonstrou preocupação quanto a material de apoio: "Há pouco repertório acumulado". (ROCHA, 2006, p. 88)

Na descrição de Rocha (2006), os dias que antecederam sua sanção, a Lei nº 10.639/03 sofreu diferentes críticas. Ribeiro (2015, p.11) descreve que:

Através de análises a partir de matérias do Jornal Folha de São Paulo sobre a promulgação da Lei 10.639/03, Paixão (2006), relatou algumas críticas formuladas por especialistas em educação, como: o caráter impositivo da lei, a falta de material de apoio, o engessamento do currículo e a consideração da Lei como desnecessária [...] (RIBEIRO, 2015, p.11)

Deste modo Ribeiro (2015) demonstra de maneira mais enfática o que de fato as críticas sobre a assinatura da Lei nº 10.639/03 ao pontuarem as possíveis falhas em sua implementação. Santos (2015) alerta acerca da necessidade que as universidades, sobretudo os cursos de licenciatura, possuem no que tange à reformulação das componentes curriculares, na oferta nos cursos de graduação, disciplinas voltadas para a implementação da lei, a formação de mais professores para fazer a ministração das disciplinas voltadas para a História e cultura Afro-brasileira e Africana, além da falta de cursos de capacitação dos professores que já são graduados para atuarem nesta área. No Estado do Maranhão o então governador sancionou no ano de 2017 a Lei nº 10.747, que dispõe em seu artigo 1º o dia 20 de novembro como feriado estadual, em virtude do aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, data a

ser lembrado e trabalhado em todas as escolas do estado do Maranhão. Contudo, é válido ressaltar que as questões étnico-raciais precisam ser trabalhadas ao longo de todo o calendário acadêmico. (MARANHÃO, 2017).

Ainda que tenha um avanço no que relaciona ao estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, incluindo a educação étnico-racial, acaba gerando diversos impasses principalmente no que diz respeito a sua implementação, pois no período em que foi formulada e aprovada até então não havia a existência de cursos de graduação que formassem professores nesta área e principalmente em sala de aula daqueles que já possuíam graduação. Segundo Dias (2005) descreve que:

Parece-me que, para resolver essas questões, é preciso dar dois passos sempre. O primeiro é a lei; o segundo, o estabelecimento de políticas públicas que a efetivem. Quanto tempo decorre entre um passo e o outro definido pela capacidade de intervenção dos movimentos e a permeabilidade que tais intervenções encontrem nos governo. [...] (DIAS, 2005 p.60)

Assim como descreveu Dias (2005) que embora exista a Lei nº 10.639/2003, tem-se a questão para que a lei possa ser colocada em prática pelos estabelecimentos de ensino. Por esta razão o tópico seguinte apresentará a análise das entrevistas realizadas na escola Centro de Ensino Estado do Ceará, que foi desenvolvida ao longo de toda pesquisa com estudantes, professor e diretoria da escola, fomentando a importância da Lei nº10.639/03 no ambiente escolar.

3.1. A Implementação da Lei Nº 10.639/2003 na Escola (Centro de Ensino Estado do Ceará)

A Pesquisa foi realizada na escola Centro de Ensino do Ceará. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada em um espaço amostral de (5) cinco pessoas, tendo como coleta de dados entrevistas semiestruturadas com base em referenciais teóricos/bibliográficos de vários autores que tenham relação com a temática. A escolha dos entrevistados foi feita através de uma construção identitária das estudantes, professor e diretora da escola, para saber o conhecimento que cada entrevistado possui sobre a Lei nº10.639/03 e como esta se insere dentro do ambiente escolar. A entrevista contou com a participação de 3 (três) alunas de 1º ao 3º séries do ensino médio, 1 (um)

professor de sociologia que é formado no curso de Ciências Sociais, e a diretora da escola.

Antes de ser iniciada a entrevista foram apresentados e assinados os termos de consentimento livre da pesquisa e a autorização de imagem da escola para que fossem tiradas fotos do ambiente escolar. Assim, no decorrer da análise, os nomes dos entrevistados serão abreviados para manter o anonimato dos mesmos que colaboraram para a pesquisa, sendo assim apresentados:

NOME	IDADE	FUNÇÃO NA ESCOLA	BAIRRO QUE RESIDEM
O.N.G	33 anos	Professor	Bosque Aracati
F.E.S.Z	17 anos	Estudante	Centro
D.O.S	16 anos	Estudante	Bairro da Areia
M. F. DA S. O.	17 anos	Estudante	Centro
A.M. M. C	64 anos	Diretora	Centro

Tabela 2: Relação dos Entrevistados

O Centro de Ensino Estado do Ceará foi fundado no ano de 1963, pelo governador em exercício Newton Belo, onde a cada escola que era construída o mesmo colocava o nome de algum estado. Contudo, esse não foi o único nome por ela recebida, já teve como nome Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Estado do Ceará, além de já ter possuído um jardim de infância chamado de Gente Miúda. A mesma foi reformada em 1998 pela Governadora Roseana Sarney. Insere-se nesse contexto o funcionamento da Escola Irmã Berta, funcionando no prédio da então escola por falta de espaços físicos.

Atualmente a escola é conhecida como Centro de Ensino Estado do Ceará, funcionando nos turnos diurno e noturno, somente com o Ensino Médio de 1º ao 3º série, localizada na rua Magalhães de Almeida nº 808, Centro de Bacabal-MA, próxima ao Hospital Socorrão e em frente ao antigo Hospital Veloso Costa. Os alunos que fazem parte do corpo discente advêm de diversos bairros de Bacabal e cidades vizinhas deixando imensurável a abrangência de sua atuação no município.

Esta pesquisa é uma resposta às inquietações sobre a história do negro e como este é visto e colocado dentro dos contextos social e porque este não aparece de forma integrante na história do país, surgindo assim, várias indagações sobre o seu papel na história do país e o porquê deste ser vítima do racismo, preconceito e discriminação, que acarretam na desigualdade social. Através da Lei nº 10.639/2003 iniciou a busca para saber sobre a sua implementação na escola, pois é determinante para se ter o conhecimento da História e Cultura africana e Afro-brasileira trazendo os conteúdos aos quais deverão ser ministrado em sala de aula e o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, ressaltando a importância de que as temáticas devam ser trabalhadas em todo período letivo. No entanto, não traz nenhum artigo que menciona a formação daqueles que já estão em sala de aula e nenhum curso de graduação ou componente curricular para os cursos de licenciatura e assim não havendo nenhuma formação. Dentro do PEE (Plano Estadual de Educação) do Estado do Maranhão, é inclusa em suas estratégias a formação docente.

3.2 Garantir formação de professores com base no currículo ampliado e articulado nas áreas de conhecimento, considerando a experimentação e iniciação científica, incluindo a formação intercultural para os povos do campo, indígenas e quilombola (MARANHÃO, 2014 p.17)

A necessidade da formação docente é um dos pontos que fazem parte das estratégias do Estado do Maranhão (2014), de modo que a ser inserida nos currículos dos professores e presente com base em sua área de conhecimento. Seguindo a mesma ideia sobre a importância da formação do docente dentro do ensino público e privada.

[...] a formação de professores é ponto crucial nesse processo para que possam compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, assim como lidar positivamente com elas e criar estratégias pedagógicas para auxiliar a reeducá-las [...] (RIBEIRO, 2015 p.12)

O professor *O.N.G (33 anos)* ao ser questionado sobre a formação dos professores para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana relata que:

Às vezes, não vou mentir dizendo que não tem. Às vezes, tem mas não é todo focado, por exemplo, agora ta tendo a campanha no Estado sobre escravo nem pensar; quando fala escravo a primeira

ideia que o aluno tem é do negro, e o que já é errado, porque a ideia de escravo é: pessoa vulnerável, e as maiorias das pessoas que estão escravas agora independentemente de cor, e sim de vulnerabilidade social. Mais incrível que a maioria das pessoas, que estão vulneráveis são pessoas pobres, e a maioria dos pobres são negros, então, essa confusão é interessante como tu ver como cientista é triste na realidade. Então a escola coloca isso como a gente vai ver houve a ideia do escravo, nem pensar mais não é direto isso parte dos professores mais, não é bem da escola mais como isso vai trabalhar isso, é preciso ter uma política pública ai pode ser uma ligação da universidade com a escola tem que ver isso também. (O.N.G.,33 anos, professor).

Compreendendo a necessidade da formação dos professores da educação básica esta é prescrita através do Artigo 62-A da LDB. No entanto, não trazendo nenhuma organização especifica para a formação dos professores. Neste ponto pode ser observado a fala do projeto do Estado sobre a campanha Escravo nem Pensar que aconteceu em todas as escolas de rede pública contra o trabalho escravo que ocorre em todo o Brasil, sendo as principais vítimas pessoas que vivem em situações vulneráveis. Como pode ser visto na seguinte imagem da faixa deste projeto:

Imagem 1: Faixa do Projeto Escravo Nem Pensar



Fonte: Autora,2019.

Esta campanha teve como culminância, uma passeata no centro da cidade de Bacabal-MA com todas as escolas da rede pública. Outro aspecto descrito na entrevista de *O.N.G (33 anos, professor)*, está na relação das ideias dos alunos, quando se pensa a construção imagética do negro: ao se falar em escravo o aluno já vem com o pensamento a relação com o negro.

[...] Segundo os estudiosos da questão, no sistema escolar, o negro chega aos currículos, não como o humano negro, mas sim como o objeto escravo, como se ele não tivesse um passado, ou se tivesse participado de outras relações sociais que não fossem a escravidão. As contribuições e as tecnologias trazidas pelos negros para o país são omitidas. [...] (ROCHA, 2006 p. 75)

Em meio as perguntas que foram realizadas com alunas, sobre as participações ou conhecimento das manifestações culturais Afro-brasileira em Bacabal, as mesmas expuseram o seguinte:

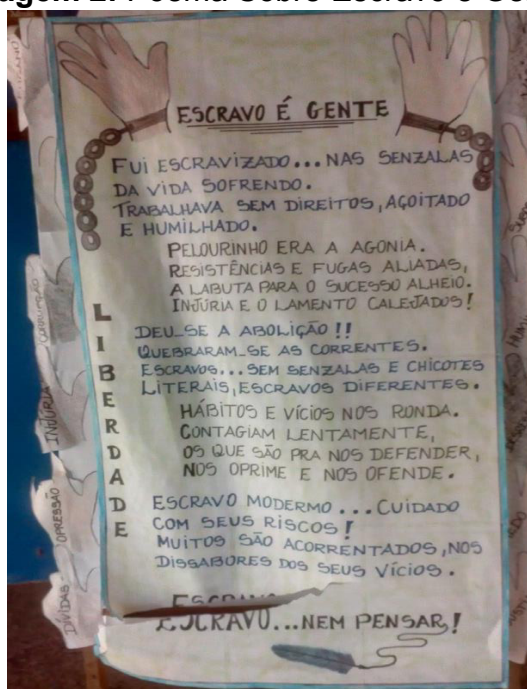
Se eu conheço aqui em Bacabal. Não muito só na minha escola tem dia 20 a gente tem todo uma comemoração né realizado pra valorizar a consciência desfile, peças, mais em Bacabal eu ainda não vi não. (F.E.S.Z, 17 anos, estudante)

Assim culturais agora dia 22 vai ter a caminhada é da consciência negra e eu sempre participo sim. (D.O.S., 16 anos, estudante)

Não. E não sei se tem pela falta de divulgação eu acho. (M.F. Da S.O., 17 anos, estudante)

Em referência ao exposto acima, a aluna D.O.S. (16 anos, estudante) falou da caminhada do projeto escravo nem pensar que aconteceu no dia 22 de Novembro, com todos os estudantes, como sendo manifestação da cultura Afro-brasileira. Outro ponto, foi o poema colocado na entrada da escola durante a realização da pesquisa, pode ser visto que esta faz uma transcrição desde o período escravocrata brasileiro, remetendo assim ao negro neste período até os moldes atuais, fazendo-se referência sobre o que Rocha (2006), demonstra quando se é pensado em escravidão, no qual faz-se menção ao negro. Como pode ser visto:

Imagem 2: Poema Sobre Escravo é Gente



Fonte: Autora, 2019.

Há necessidade da formação dos professores que são atuantes em sala de aula e aqueles que estão se formando nas graduações de licenciatura

ou de forma geral, deve-se ter um conhecimento cada vez maior sobre a história e a cultura africana e Afro-brasileira, por mais que na atualidade se tenha apenas uma disciplina específica que trata sobre a História da África. Desta maneira deveria ter mais disciplinas voltadas para a história e a cultura Africana e Afro-brasileira. Contudo nos contextos atuais no Maranhão, especificamente na capital São Luís – MA, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) campus Bacanga já existe o Curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros criado no ano de 2015, valendo ressaltar que é o primeiro curso de licenciatura a nível de Brasil voltada para a questão étnico-racial.

Em Bacabal, na Universidade Federal do Maranhão – Campus III Bacabal, no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas é ofertado dentro do seu componente curricular obrigatórias 4 disciplinas que podem fazer alusão à Lei nº 10.639/03 e sendo as optativas 8 disciplinas com que podem ser utilizadas de acordo com a lei. Todas estas disciplinas contem carga horária de 60 horas. Em termos de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que foram apresentados que tratam sobre a questão étnico-racial e sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana entre os anos de 2010 a 2018 são equivalentes a 15 pesquisas.

Voltando para entrevista que foi realizada na escola Centro de Ensino Estado do Ceará, ao entrevistar a *A.M.M.C. (64 anos, diretora)* para saber se o Projeto Político Pedagógico (PPP) faz menção a Lei nº 10.639/2003, foi relatado o seguinte:

Ela está sendo avaliada, porque o nosso projeto político pedagógico ele tá passando por reformas, então na reforma que vai acontecer, eu acredito que até o próximo mês já esteja pronto nosso PPP entra sim. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

De acordo com Oliveira (2006) descreve que:

A ênfase no planejamento é dada no sentido de que se tenha a possibilidade de promover as mudanças que se fazem necessárias para garantir a igualdade racial em educação. (OLIVEIRA, 2006 p. 46)

A necessidade do Projeto Político Pedagógico no âmbito escolar tem grande importância para que a escola possa promover a inclusão da Lei nº 10.639/03, além de proporcionar a participação de que fazem parte da comunidade escolar. Assim, sobre o tema formação docente, *O.N.G. (33 anos,*

professor) foi questionado se a proposta curricular inclui a Lei nº 10.639/03, relatando o seguinte:

[...]Eu sou professor do Estado desde 2011, nunca ninguém chegou pra mim falar dessa lei [...], por exemplo, estou baixando vários livros e mandando pro meus ex-alunos sobre a história da África, que houve todo um processo agora do MEC tal até foi com Haddad, de mandar pros alunos, eu não consigo falar sobre a história da África, porque eu não tive formação disso, eu vou falar besteira, eu posso falar de aspecto cultural de algumas concepções de religião afro, porque foi a minha formação, eu posso falar no caso de religiosidade, posso falar de algum aspecto cultural de capoeira, de alguma coisa assim, eu posso falar, de aspecto é do trabalho como o negro é visto mais história mesmo, eu mesmo não tenho como, porque eu não tenho formação e não me foi passado e não houve incentivo não, por exemplo, está havendo mais incentivo para ideia de libras, isso é ótimo mais poderia ser visto também sobre essa lei. (O.N.G., 33 anos, professor).

Como descreve Silva (2005), a formação dos professores é importante para o conhecimento dos profissionais sobre a lei, sendo eficaz para que estes possam compreender e entender a seu respeito, bem como repassar para os alunos da forma como a mesma deva ser tratada a partir de sua implementação.

[...] O advento da lei nº 10.639 exigirá a imediata capacitação de pessoal para aplicação de seus conteúdos, o que implica dizer que o fomento para formação e qualificação de professores é condição imprescindível no sentido de garantir o êxito do processo. [...] (SILVA, 2005 p.129)

Todavia, as alunas ao serem questionadas sobre o conhecimento da Lei nº 10.639/03 e seus, ponderaram que:

Não pelo número não, uma lei não. (F.E.S.Z., 17 anos, estudante)

Assim é eu posso até ouvido falar mais eu ainda não conheço a respeito da lei. (D.O.S., 16 anos, estudante)

Por mais que as alunas demonstrassem nas suas respostas o desconhecimento da Lei nº 10.639/03, a diretora juntamente com os professores e coordenação pedagógica vem a implementando no espaço escolar ao longo do ano letivo projetos na sala de aula. Como podemos observar a seguinte fala da A.M.M.C. (64 anos, diretora):

Da lei em si tu perguntar eles não vão conhecer, mais se você ver o tema é africanidades, sim, e nesse momento a gente tá trabalhando um projeto, que é do governo estadual que, é o projeto escravo nem pensar, que vem abordando a questão do trabalho escravo, e no trabalho escravo embora explore outra temáticas, como o tráfico de

mulheres, a requisição do trabalho, pras essas frentes de trabalhar de forma vamos dizer desumana, mais a gente sabe que o maior é vítima desse tipo de assédio, é o negro. Então este projeto, está sendo desenvolvido na escola. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

Nas disciplinas são retratadas africanidades em diferentes temáticas que são trabalhadas na escola com todos os alunos do Ensino Médio e em todas as disciplinas a fim de proporcionar a valorização e a compreensão do conceito de cultura negra no país. Desta forma, para Silva (2005)

Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia. (SILVA, 2005 p. 56)

O mesmo questionamento sobre o que os alunos acham ou pensam sobre a lei nº10.639/03 que outrora foi direcionado para A.M.M.C. (64 anos, diretora), foi realizado a O.N.G. (33 anos, professor) relatando o seguinte:

Como o dia da consciência negra, a gente já trabalha sobre isso; lembrando a gente não tem um preparo pra isso, dá importância dessa lei, pelo menos eu não tive, eu como sou da matéria diretamente, sobre seria legal ter ainda mais a importância da história da África, por exemplo, o Enem agora teve alguma questão? Pois é. (O.N.G.,33 anos, professor)

Entre suas falas, A.M.M.C. (64 anos, diretora) afirma que os alunos da escola tem o conhecimento sobre africanidades, mas não o conhecimento da lei. Da mesma forma, O.N.G. (33 anos, professor) afirma que os alunos também não conhecem a lei. Já o dia da consciência negra no calendário escolar é datado no dia 20 de novembro, sendo trabalhado com os alunos e detalhado na Lei nº 10.639/03 especificamente no art. 79-A que estabelece o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Desta maneira foi indagado às alunas sobre o motivo da comemoração do dia 20 de novembro e suas concepções sobre consciência negra. Obtivemos o seguinte relatos:

Eu não me recordo, olha pra mim, o que consciência negra a gente sabe que a gente tem as consciência, agora pra desenvolver a gente sabe que não é só um dia, que a gente deve ter essa consciência mais a vida inteira, mas pra mim, o dia da consciência negra é pra não só pra nós, mais pra outras pessoas também que não são negras se conscientizar que o negro também, é importante que não é só uma pessoa de cor diferente, um ser que não vale nada, que não deve ser inserido na sociedade, eu acho que esse dia serve

principalmente pra isso pra um pouco exaltar o negro, eu acho assim. Nós sofremos muito então, eu acho assim que a gente não mereceu. (F.E.S.Z, 17 anos, estudante)

Porque foi o dia que o Zumbi dos Palmares morreu. Bom consciência negra pra mim é, eu acho que como Zumbi dos Palmares morreu, que ele foi um homem que lutou muito naquele tempo pelos escravos já, pra tirar os escravos daquela vida, e ele morreu lutando, e eu acho que a (consciência), esse dia foi criado pra assim pra incentivar as pessoas a terem mais consciência, com os negros, é certo que tem preconceito por cor, por raça, também com outras coisas mais com o negro e tem mais, a gente ver mais casos. (D.O.S., 16 anos, estudante)

Não. Acho que é uma forma de mostrar o valor que o afro tem na nossa sociedade, já passaram por diversas situações no passado, e eu acho que é uma marca registrada realmente, as pessoas conhecerem a fundo, o que é o afro descendente, o que aconteceu na época pra se desenvolver o dia 20 de novembro. (M. F. Da S. O., 17 anos, estudante)

O conhecimento sobre o dia 20 de Novembro, com base nas respostas dadas pelas estudantes entrevistadas, é uma reflexão sobre o negro na sociedade, que durante muitos anos teve os seus direitos negados dentro da sociedade, que a sua luta continua até os dias atuais, para o combate contra o preconceito, racismo, a discriminação e a desigualdade social, lembrando um dos seus maiores líderes Zumbi dos Palmares. Assim as alunas ao serem questionadas sobre em quais momentos na escola é falado sobre a relação étnico-raciais, descreveram que:

Aula de história, quando a professora fala sobre a época da escravidão, desde de criancinha, vejo isso na época da escravidão, e ela mostra que ainda existe hoje, mesmo depois dos negros terem se tornado livres, ainda continua o preconceito, mesmo que se tenha passado tanto ano e eu acho isso um absurdo. (F.E.S.Z, 17anos, estudante)

Étnico-racial bom assim em filosofia, ano passado a gente falava sobre isso. Sobre a questão de cor, de raça, mais esse ano em filosofia a gente viu, mais é pensamento. (D.O.S., 16 anos, estudante)

Na escola, étnico-racial, tem os trabalhos de desenvolvimento e também a questão de ter o respeito, porque nas escolas tem pessoas, que são e eu acho que os professores, falam muito sobre respeito, sobre não ter preconceito. (M. F. Da S. O., 17 anos, estudante)

Pode-se aferir que durante os depoimentos das entrevistadas F.E.S.Z. (17 anos, estudante), D.O.S. (16 anos, estudante) e M.F. Da S. (17 anos, estudante) em referência à relação étnico-racial há um referência sobre escravidão, cor, raça, preconceito, respeito, que pode ser visto em diferentes

contextos, fazendo assim a necessidade de ser falado mais no ambiente escolar sobre as relações étnico-raciais. A Lei nº10.639/03, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2004, p.13) afirma que: “[...] a educação das relações étnico-raciais [...] projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime”, através de um maior conhecimento sobre a relação étnico-racial no Brasil, poderá ter uma maior sensibilidade sobre o outro no meio social.

Ao serem questionados a respeito dos materiais didáticos que a escola possui que trazem a História do Negro no país, alcançamos o seguinte relato:

Tem o que eu mesmo criei no PIBID,¹⁵ a gente criou uma videoteca, tem tema sobre isso, e tem também pequenos livros mais, não é tanto usado não, bem ali tu pode ver negro no Brasil, mais não é tanto trabalhado, e nem eu sei qual é seria mais interessante usar, mais é utilizado mais vídeo, mais filmes. (O.N.G., 33 anos, professor)

Nós temos, é pouca bibliografia a respeito disso que o MEC¹⁶ mandou, acho que uns dois a três anos atrás, mais fora isso nós não temos não, cada um faz a sua própria pesquisa pra usar com o aluno, o acervo da escola são dois ou três exemplares. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

Em observação ao acervo de livros na biblioteca da escola, verificamos a existência de um exemplar sobre a História e Cultura Afro-Brasileira. Diante disso, é necessário que a escola tenha um conjunto de livros da História da África e do todo os seus países. Dentro das abordagens feitas sobre a implementação da Lei nº 10.639/03, na escola um dos fatores são as representações do negro no livro didático, de maneira como este livros trazem todo conteúdo voltado para cultura da população negra. No entanto, durante muitos anos no livro didático a humanidade e a cidadania, segundo Silva (2005, p.21):

[...], na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (SILVA, 2005 p. 21)

¹⁵ PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), os participantes do PIBID, são os estudantes de graduação dos cursos licenciatura que atuam nas escolas de rede pública, através do coordenadores e supervisores do programa. De modo que durante todo o ano letivo é realizado com os alunos da escola, diversas atividades.

¹⁶O Ministério da Educação (MEC) manda para as escolas, livros didáticos e livros para compor o acervo bibliográfico da escola. De modo que no site do portal do MEC é disponibilizado em sua aba de publicações diversos conteúdos em PDF, com diferentes temáticas.

No entanto, no contraponto sobre a construção de conhecimento Lopes (2005, p. 189) descreve que:

Professor e alunos devem organizar-se em comunidades de aprendizagem, onde cada um chegue com seus saberes e juntos vão construir novos conhecimentos num processo de trocas constantes, desmistificando situações de racismo, preconceito e discriminação arraigados nos grupos sociais e nas pessoas individualmente. Nesse aprender coletivo, professor e alunos acabam por enriquecer o processo educativo para ambos os sujeitos da aprendizagem. Especialmente quando se trata de racismo, preconceito e discriminação, o investigar e o aprender juntos garantem aprendizagens de melhor qualidade, porque ruídas coletivamente. (LOPES, 2005 p. 189)

No processo de construção de aprendizagem que devem ser utilizados em sala de aula, Lopes (2005) afirma que é por meio das trocas de conhecimento e na transmissão dos conteúdos, que o aluno compreenderá o conteúdo repassado, havendo assim o ensino aprendido significativo.

De maneira que no relato da *A.M.M.C. (64 anos, diretora)*, ao ser questionada se a escola tem livros didáticos e paradidáticos que trazem em seus conteúdos a questão étnico – raciais, relata que:

Acredito que não, porque esse material ele é construído, a partir do professor e o aluno, vão construindo materiais. É através das fontes de pesquisas, e eles vão fazendo as pesquisas, e nas pesquisas eles vão escolhendo os materiais que melhor se adequam a situação. (A.M.M.C., 64 anos, diretora)

Essa construção no processo de ensino e aprendizado contribui para um fortalecimento de uma gama de conhecimento conjunto através da relação entre educador e o aluno. Outro ponto, a respeito do livro didático que são entregues a escola existem reflexões acerca das relações étnicos raciais no livro de sociologia, o racismo, preconceito e a discriminação, que a religião de matriz africana sofre na sociedade. Silva (2011) pontua que:

É de grande significação o reconhecimento pelo Estado da existência do pluralismo étnico-racial, do preconceito e da discriminação, traduzidos em leis e normas de combate ao racismo que servem de parâmetros para as editoras e os autores pautarem o trato com as diferenças nas representações do livro didático. (SILVA, 2011 p. 100)

Durante a entrevista foi perguntando a *O.N.G. (33 anos, professor)*, se os livros didáticos e paradidáticos possuem em seus conteúdos temas sobre relações étnicos raciais, sendo relatado o seguinte:

Aborda o livro de sociologia aborda, filosofia aborda, o de história não posso dizer e nem o de geografia; mais aborda esses dois, porque já dei aula nos dois. (O.N.G.,33 anos, professor)

Sim (O.N.G.,33 anos, professor)

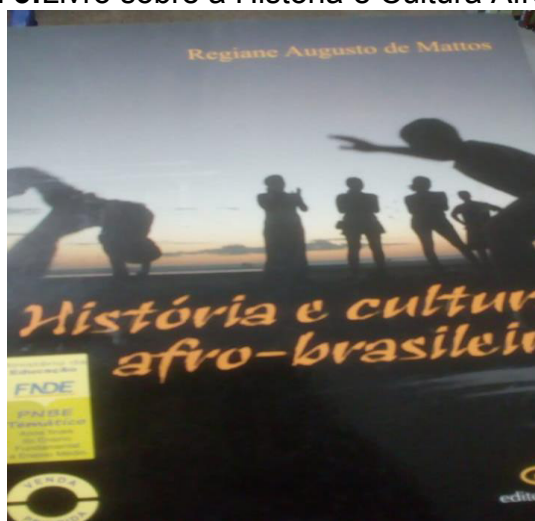
Desta forma, nos dois relatos de A.M.M.C. (64 anos, diretora) percebe-se que o acervo bibliográfico¹⁷ da escola possui poucos exemplares que trazem a História do Negro no Brasil. Apesar disso, dos livros didáticos e paradidáticos que trazem estas temáticas, a escola fez pedidos de exemplares para compor esse acervo, demonstrando interesse para que estes alunos possam conhecer cada vez mais a história do negro, como podemos observar:

O que nos temo traz sim. Como volto a dizer, são pouquíssimos exemplares dois ou três, que o MEC mandou. E agora nos foi aberto o PNLD, pra pedir o acervo bibliográfico pra escola, e nesse novo acervo bibliográfico vem muitos. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

Esse que foram pedidos pra compor o novo acervo trazem vários exemplares o mesmo com esse foco. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

Os livros do acervo que a escola possui em sua biblioteca são divididas em diferentes estantes. Dentre os quais tem o livro de História e Cultura Afro-Brasileira¹⁸, de modo que está disponível na estante dos professores, para que possam complementar as suas aulas sobre a História do negro no Brasil e a cultura Afro-brasileira, por mais que este foi o único exemplar encontrado quando foi fotografado a biblioteca, como pode ser visto na seguinte imagem:

Imagem 3: Livro sobre a História e Cultura Afro-Brasileira



Fonte: Autora,2019.

¹⁷O acervo bibliográfico da escola Centro de Ensino Estado do Ceará contém 10 estantes com livros, para as diferentes leituras. (Informação da responsável pela biblioteca).

¹⁸ MATTOS, Regiane Augusto. **História e Cultura Afro-Brasileira**. FNDE. Editora: Contexto, 2009

Portanto, através da implementação da Lei nº 10.639/03 se nota o empenho da escola para que os alunos tenham um conhecimento cada vez maior sobre a história do negro no país, por meio de suas práticas pedagógicas dentro da escola, para que estes jovens possam valorizar a cultura e história afro-brasileira. Munanga (2005, p. 17) ressalta que:

[...] Creemos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. [...] (MUNANGA, 2005 p.17)

Percebe-se que a educação desses jovens dentro da escola já é um passo grande para combater o racismo, preconceito e discriminação em nosso meio social.

3.1.1 O Combate ao Racismo por meio das Práticas Pedagógicas na Escola (Centro de Ensino Estado do Ceará)

O Centro de Ensino Estado do Ceará traz como meio de combate às práticas racistas e discriminatórias atividades que são desenvolvidas durante todo o período escolar, buscando sempre o comprometimento com a educação dos sujeitos ali presentes para que possam conhecer a história e a cultura do país.

[...] a educação escolar está profundamente comprometida com um projeto coletivo de mudanças sociais, independentemente da diversificação cultural dos vários grupos étnicos que compõem a sociedade, considerando que as diferenças culturais e étnicas são enriquecedoras na conformação e organização do tecido social. (LOPES, 2005 p. 186)

É necessário que se tenha um combate cada vez maior contra o racismo, preconceito e a discriminação dentro das escolas de rede pública e privada de ensino, de maneira que sejam inseridas as questões étnico-raciais no cotidiano escolar. Desta forma, questionamos para *A.M.M.C. (33 anos, diretora)* sobre as oficinas ou outras atividades desenvolvidas com os alunos a respeito da temática, nos relatando o seguinte:

São sim, nós já vamos temos o projeto do dia Nacional da Consciência Negra, do dia vinte de novembro, ele é realizado já a quatro anos e tanto que esse ano ele acontece, no dia vinte e três de novembro vai ser a culminância das ações desenvolvidas até o momento. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

Assim como foi indagado a A.M.M.C. (64 anos, diretora) a respeito dos projetos interdisciplinares, O.N.G. (33 anos, professor), mencionou que:

Existe o próprio a consciência negra o dia da consciência negra ele é trabalhado por todos de uma forma interdisciplinar. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

Que no caso é o dia da consciência negra tem a festa, e aí é esse dia mesmo que é o maior. (O.N.G.,33 anos, professor)

O projeto interdisciplinar dentro da escola é a forma de se trabalhar com todas as disciplinas no ambiente escolar com uma temática. Desta maneira, podemos observar nos relatos das alunas durante a entrevistas sobre as práticas pedagógicas que são realizadas com os alunos da escola:

Sim, como eu disse no ano passado teve o dia da consciência negra participei é o meu tema era Black or White que era a professora de inglês preto ou branco e a gente fez relações inserido aquela música do Michel Jackson que é o Black or White foi esse projeto que eu participei outros não. (F.E.S.Z., 17 anos, estudante)

Já. Bom eu já participei de daquela eu já falei sobre em uma feira de geografia eu já falei sobre a cultura dos indígenas o que eles faziam como é que eles viviam como é que eles fazem pra se alimentar aí também já teve sobre a gente já fez é um projeto sobre a escravidão e agora esse ano novamente a gente tá fazendo um projeto escravo nem pensar. (D.O.S., 16 anos, estudante)

Sim, o projeto de consciência negra daqui da escola. (D.O.S., informação oral)

A escola trabalha com os alunos a história e a cultura negra, ao longo do período letivo, de modo que a sua culminância ocorre no dia 20 de Novembro com todos os alunos. Quando questionou-se sobre as oficinas ou atividades que são desenvolvidas com os alunos, foi narrado o seguinte:

Existe treze de maio é combatido a ideia de treze de maio, disse que é mais importante o dia da consciência negra, que é o dia 20 de novembro, isso tem aqui na escola o dia 20 de novembro, ele é trabalhado de forma quase tão importante como a feira da escola, a feira da escola é chamada de Peculiar, o 20 de novembro tá sendo trabalhado quase no mesmo patamar, isso faz uns três anos, isso não dá pra mentir não, por exemplo, vai ter agora eles estão vendo várias danças, que são de influências da cultura negra, isso é interessante, o pessoal tão colocando o cacuriar, [...] e como isso está no nosso cotidiano, então, a escola tem sim deu sim importância, por exemplo, um desfile das meninas da beleza negra, é legal mesmo a diretora ela, é da África já falou com ela pois, é ela é de lá diretamente não é descendente, não ela é de lá isso é legal, porque ano passado que eu descobri isso, eu sou amigo dela a mais de cinco anos, eu sempre achei o sobrenome dela diferente [...], um negócio assim achava diferente e é legal, assim foi por causa dela não necessariamente, mais sim da união de professores, isso tem

não tem uma preparação pedagógica do sentido de um curso alguma coisa aí, não mais aí não sei se deve partir só da escola, acho que deve ser algo maior seria até interessante a universidade trazer isso pra escola. (O.N.G., 33 anos, professor)

O Peculiarite é um projeto da escola desenvolvido por toda comunidade escolar durante o ano letivo tendo diferentes temáticas a cada ano. Podemos ver no depoimento de O.N.G. (33 anos, professor) que a escola no dia 20 de Novembro, é organizado assim como a feira da escola, neste dia tem o desfile da beleza negra, com todos os estudantes, de maneira que é trabalhado com todas as disciplina. De acordo com Silva (2005), quando cita as questões a respeito de Africanidades que são trabalhadas na educação:

No âmbito escolar e acadêmico, as Africanidades Brasileiras constituem-se em campo de estudos, logo, tanto podem ser organizadas enquanto disciplina curricular, programa de estudos abrangendo diferentes disciplinas, como área de investigações. (SILVA, 2005 p.161)

O conhecimento das africanidades brasileira no espaço escolar contribui para que os alunos tenham um entendimento e uma compreensão cada vez maior sobre a temática, de forma que este possam debater e respeitar as cultura Afro-Brasileira e Africana. Assim quando perguntado para as alunas sobre o conhecimento da Cultura Africana e Afro-Brasileira, conseguimos os seguintes relatos:

Sim. Através aqui dos trabalhos na escola, que a gente tem sobre a consciência negra, a gente é induzido a pesquisar sobre as culturas. E ano passado quando teve esse período da semana da consciência negra, teve eu não me lembro direito se foi uma turma, ou se foi um pessoal de São Luís, que veio e apresentou outra coisa trabalhos, mostrando como era cultura, e principalmente como era a religião deles, exemplo, o Candomblé exemplificaram pra gente mostraram vídeos reportagens. (F.E.S.Z, 17 anos, estudante)

Assim, sobre a cultura afro brasileira, só vejo assim em história mesmo, no livro de história mais assim em termos de conhecimento, assim complexo do assunto, eu não tenho conhecimento. (D.O.S., 16 anos, estudante)

Assim, quando tem os trabalhos da escola, acho que quando chega o mês de novembro, a gente os professores sempre o mais os professores, de português e literatura eles sempre falam sobre a cultura afro. A escola tem os trabalhos, também os trabalhos sobre a consciência negra, e que todos os alunos participa. (M. F. Da S. O., 17 anos, estudante)

A história e a cultura africana e afro-brasileira como formadora da identidade dos jovens na sociedade deve ser mostrada para os alunos pela

importância que tem para a história do país, assim como nos costumes, tradições presentes na sociedade brasileira. A esse respeito, Silva (2005, p.21) afirma que:

Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o objetivo específico da introdução nos currículos do tema transversal Pluralidade Cultural e Educação, que considero universal, pela sua abrangência e importância social. (SILVA, 2005, p. 21)

Desta maneira, foi perguntado como é trabalhado com os alunos em sala de aula a temática da religião Afro-brasileira, O.N.G. (33 anos, professor) expôs o seguinte:

[...] A parte religiosa gosto mais de trabalhar, claro que as vezes ai eu tenho que tomar cuidado, pra não ser militante como diz logo porque a minha monografia foi sobre tambor de crioula nos terreiros em São Luís de Umbanda e Mina, então, não tinha como eu já levar pra esse lado, eu sou de origem católica não me acho mais católico, porque eu não vou direto ai eu acho falta de respeito com o próprio catolicismo, e esse exemplo eu uso para os alunos. Eu falo pra eles olha minha concepção, de como eu relativou (relativizando) a minha própria religião, uma falta de respeito, agora vamos levar pra outro aspecto.[...] essa nova lei que ta querendo vim pra gente não falar de religião em sala de aula não dá uma brecha pro aluno ser etnocêntrico pensando que a sua religião é o centro e não ver a diferença da religiosidade dos outros, terem direitos e engraçado como a religião afro é a mais atacada como sendo a religião do outro, e a mais demonizada [...] a concepção de demônio, já é mais um aspecto que eu já tenho um problema também de não ser militante, porque a minha esposa a dissertação dela de mestrado, foi sobre a ideia de demônio na igreja evangélicas, então, eu já fico tipo quase não sendo tão cientista como deve ser, então, já é um tema que eu já fico já com informação demais, e a gente como eu vou trabalhar aspecto religioso, e não da força demais a questão das religiões afros de cunho africano, por exemplo, Bacabal pessoa fala muito tem o tereco, mais o aluno não tem a concepção que a ideia de tereco, tem quase 50% dele de concepção indígena, e como vai se misturando isso concepção indígena o que é Umbanda pro Brasil? O que é que a religião afro quando o IBGE diz; que qualquer religião afro é um Umbanda quando na verdade não é, a concepção de (mina GeGe), o ilegal e o legal quando faço isso com os alunos fiz isso ano passado, esse ano não porque esse ano era mais política, eles gostam e muitos são encantados, porque alguém da família é filho de santo mais não gosta de falar e isso incomoda, incomoda demais, aqui na escola já tentei fazer já um encontro de vários senhores de religião, como era isso chamar um padre, pastor, várias igrejas chamar pai de santo, espírita do nada falhou [...](O.N.G,33 anos, professor)

A análise da fala de O.N.G. (33 anos, professor) demonstra conhecimento sobre a religião de matriz africana, de maneira que é uma temática trabalhada com os alunos e estes demonstram o interesse pelo conteúdo, querendo conhecer cada vez mais. Foi inquirido às alunas a respeito

do conhecimento das religiões de matrizes africanas e Afro-brasileira. Eis as respostas:

Conheço mais ou menos de ver o povo falar e de ver nas novelas e também a essa novela que teve agora a Segundo Sol que falou muito sobre a cultura afro brasileira presente na Bahia né no terreiro, é os Pais de Santo, lemanjá já ouvi muito falar o Oxum. (F.E.S.Z, 17 anos, estudante)

É religião africana acho que tem o candomblé que eu acho religião africana, pesquisar o professor já ter falado já agora no exato momento é que eu não tô, mais já com certeza já. (D.O.S., 16 anos, estudante)

O desconhecimento das estudantes *F.E.S.Z. (17 anos, estudante)*, *D.O.S. (16 anos, estudante)* e *M.F. Da S.O. (17 anos, estudante)*, demonstra que se deve ter cada vez mais temáticas dentro de sala de aula sobre as religiões africanas e Afro-Brasileira fazendo parte do cotidiano escolar, sendo cada vez mais debatido nas aulas e retratado nos livros didáticos, mostrando que a religião de matriz africana também faz parte da identidade da população brasileira. De acordo com Silva (2011, p.83):

A força das religiões africanas como fonte de um ethos formador de identidade e de autoestima negra não passou despercebida aos brancos, que utilizaram várias formas de pressão para desagregar esse religio específico dos africanos escravizados. (SILVA, 2011 p. 83)

As representações negras nos livros didáticos exemplificadas e faladas em sala de aula são necessárias para o conhecimento dos alunos acerca das suas influências na sociedade e as suas contribuições na educação, na política, na construção da identidade do país. Silva (2005, p.26) aponta como sugestão para os professores nas suas práticas em sala de aula.

[...] mostrar e solicitar que indiquem obras de artistas, escritores, poetas, jogadores e pessoas da comunidade negros e negras, como meio de visibilizar o positivo, contrapondo-se ao estereótipo. (SILVA, 2005, p. 26)

Nos seguintes relatos das alunas ao serem questionadas se conheciam alguma personalidade negra, no campo da sociologia, ou até mesmo na outras áreas de conhecimento, temos os seguinte:

Não, na época do professor de sociologia, eles falam, explicam as camadas a maioria dos negros, ficam abaixo só isso que eu lembro. (F.E.S.Z, 17 anos, estudante)

Assim o professor de sociologia ele fala muito, bate muito nessa tecla sobre consciência negra em geral, a consciência. Bom assim sobre essa questão, de vez em quando a professora cita alguns cantores, que são negros tem o cabelo afro e aceitam, porque assim geralmente as pessoas que quando tem o cabelo cacheado, eu por exemplo, meu cabelo é cacheado mais eu alisei, ela fala sempre sobre essa questão tipo uma cantora negra a Ludmila ela cita sobre ela que ela aceita a cor dela tudo[...]Sobre essa parte aí a gente ver, falar mais não assim citar como exemplo, tipo um governador ele fez isso fez aquilo, não agente é comentar, mais sobre algumas coisas de governadores, serem mais importante não, como exemplo, assim de alguma coisa algo só como coisa aqui no Brasil. (D.O.S, 16 anos, estudante)

As práticas pedagógicas, que foram citadas pela diretora, professor e aluna (s), é essencial para o processo educativo em meio ao combate do racismo, discriminação e ao preconceito, demonstrando a importância do negro em nossa sociedade e exemplifica-los em sala de aula, fazendo necessário que a escola, durante todo o ano, trabalhando com os alunos estas temáticas. Como descreve Gomes (2005, p. 151):

Assim, poderemos realizar discussões na escola que trabalhem temas como: a influência da mídia, a religião, a cultura, a estética, a corporeidade, a música, a arte, os movimentos culturais, na perspectiva afro-brasileira. Essas e outras temáticas podem e devem ser realizadas ao longo do processo escolar e não somente nas datas comemorativas, na semana do folclore ou durante a semana da cultura. (GOMES, 2005, p.151)

Percebe-se a necessidade de discussões sobre os diferentes aspectos da temática sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sala de aula. Foi questionado a A.M.M.C. (64 anos, diretora) e O.N.G. (33 anos, professor) se já foi trabalhado na sala de aula as temáticas referentes a preconceito, racismo e discriminação e a mesma expôs que

Já. Eu trabalho mais com a questão da religiosidade, o preconceito racial, já vem mais com a visão da religião religiosidade como é trabalhado, e como essa religiosidade é atacada pela questão da pessoa ser negra, e como antes na história quem era atacado era quem era mulçumano, e a questão racial não era tão usado como discriminação, e isso como questão ideológica então dá pra ser trabalhado em sala de aula certinho. (O.N.G.,33 anos, professor)

Já. Trabalhado através de palestras, nós acabamos de participar de um concurso de redação da DPU (defensoria pública da união), e eles é no direitos humanos, parte do direito humanos e uns dos temas se reporta a esse tema. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

Assim, demonstrando como escola é essencial para que sejam trabalhadas estas temáticas, tendo um papel primordial no combate ao

racismo, e nas práticas preconceituosas, Lopes (2005), coloca o papel da escola como parte importante, descrevendo o seguinte:

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. (LOPES, 2005 p. 189)

Ao serem questionados sobre as situações de discriminação dentro da escola, os entrevistados *A.M.M.C. (64 anos, diretora)* e *O.N.G. (33 anos, professor)*, relataram:

Teve, sobre a sempre há dizem bichinha, orientação sexual, já te descrevi ainda agora a parte da menina que não bateram palma, pra ela pra mim isso foi uma discriminação, e quando alguém aqui e dito de religião afro os alunos atacam [...]. (O.N.G.,33 anos, professor)

A gênero, religião. A isso aí com certeza sim, a gente procura intervir, [...] todas as vezes que chega ao nosso conhecimento, que o aluno que se sente violentado vamos dizer, ele vem, a gente intervém, chama as famílias, trabalha essa questão do respeito ao próximo. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

A discriminação faz com que aquele que sofre com as práticas discriminatórias fique sentindo-se inferior aos demais, sendo necessário que a escola tenha uma contribuição no combate à discriminação, valorizando a igualdade de todos. Segundo Lopes (2005, p. 187):

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais. (LOPES, 2005, p. 187)

O relato das alunas sobre ter presenciado alguma manifestação de discriminação, racismo e preconceito dentro da escola, foi perguntado sobre como teria acontecido. Nesta pergunta se tem a experiência vivida de bullying no relato de *F.E.S.Z. (17 anos, estudante)* e o relato de *D.O.S. (16 anos, estudante)* e o relato de *M. F. Da S.O. (17 anos, estudante)* em referência a pergunta, como vemos:

Da escola ou posso dizer fora. Olha não. Comigo aconteceu quando era menorzinha, mais eu não levo muito em conta, nós éramos

crianças. Eu tava sentada em um banquinho, meu cabelo era mais crespinho, e eu não me lembro se eu já tinha alisado ou não, e eu tava sentada e uma menina começou a fazer chacota comigo, me chamando é uma palavra muito coisada tolete de ... porque era um tolete de bosta é preto e eu era pretinha. (F.E.S.Z., 17 anos, estudante)

Já. Bom assim eu mesmo já sofri bullying, na escola quando eu era criança tinha uns 8 anos, por aí já sofri bullying por conta da minha cor. Por que assim na minha sala todo mundo era claro e eu era a única negra que tinha, aí os meus colegas me apelidavam me chamavam de pretinha, de neguinha, de cafezinho e sempre me apelidavam porque eu era a única negra da sala. (D.O.S., 16 anos, estudante)

Dentro da escola não (M. F. Da S. O., 17 anos, estudante)

Diante dessas experiências vividas das estudantes *F.E.S.Z. (17 anos, estudante)* e *D.O.S. (16 anos, estudante)* demonstra que as mesmas não conseguem diferenciar uma prática¹⁹ racista, preconceituosa e discriminatória, para a prática de bullying que sofreram quando era criança, devido sua cor e cabelo. Silva (2005), sublinha que a escola deve desenvolver atividades para os jovens com os diferentes tipos de cabelos:

Trabalhar a razão de ser dos diferentes tipos de cabelo, ensinar como tratá-los, realizar concursos de penteados afros, trazer trançadeiras para trançar na sala de aula, são algumas atividades que podem desconstruir a negatividade atribuída à textura dos cabelos crespos. (SILVA, 2005 p.28)

Podemos conceituar com Sant'ana (2005), que o preconceito acontece de diferente modos dentro do espaço escolar ou não. Como vemos a seguir:

[...] O preconceito manifesta-se em brincadeiras ou apelidos alusivos à cor, na seleção racial do colega de estudo ou do banco escolar [...].
[...] (SANT'ANA, 2005 p. 56)

Através do relato das estudantes, podemos observar que o racismo é algo presente dentro do espaço escolar, onde deve-se ter um maior combate

¹⁹ Para THEODORO (2014, p.10) o racismo está inserido na hierarquia que classificação dos indivíduos por meio do seu fenótipo, ou seja através, das suas características, de modo que estes tem o branco como modelo superior ao negro, dividindo-se em: discriminação e o preconceito, sendo que a discriminação está inserido no ato de discriminar o indivíduo por meio da agressão, xingamento, etc., e o preconceito acontece de modo diferente da discriminação devido que é a forma racismo que consiste nas em noções sobre os valores do outro, de modo que este é demonstrado no racismo institucional que acontece a partir das desigualdades. Para MELLO et. al. (2017, p.2) a prática do Bullying é praticado mais em ambiente escolar, de modo que esta acontece de diferentes maneiras sendo elas de forma: física, psicológica, e verbal. As práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas se diferenciam do bullying, devido que o bullying este acomete na relação de poder, através da violência praticado com o outro.

ao racismo, preconceito e a discriminação. O relato de O.N.G. (33 anos, professor) e A.M.M.C. (64 anos, diretora), sobre ter visto atitudes preconceitos ou discriminação entre os alunos através das brincadeiras dentro e fora da sala de aula, e como acontece a discussão sobre os referidos temas com os alunos, tem-se o seguinte:

Aí é direto. Quando o aluno faz, como eu falei quando eu falo de religião afro, a primeira fala dizem que é macumba, isso eu já uso quando dá um aluno para com o outro, aí na própria sala eu já tento contornar não discriminando o aluno que praticou o ato, mais tentando fazer com que ele enxergue por outro lado através do processo de empatia, ele ver o outro, porque ao meu ver tu não pode criticar alguém e o que lhe é ensinado, o que é certo, criticar no sentido usar a mesma arma contra ele, por isso a gente não pode ser militante, em sala de aula. (O.N.G.,33 anos, professor)

Existe sim... Foi aqui desenvolvido o projeto sobre bullying na escola, e foi trabalhado essas situações. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

O.N.G. (33 anos, professor) descreve que dentro de suas aulas não se é permitido nenhuma brincadeira que remeta à prática discriminatória. Pelo contrário, o professor faz com que o aluno se veja no lugar do outro que está sendo vítima destas práticas. Outro aspecto importante a ser ressaltado é quando se utiliza a palavra macumba em referência às religiões de matrizes africanas e o tambor utilizado em seu terreiro. Na luta contra as práticas discriminatórias e preconceituosas que acontecem dentro e fora de sala de aula, é necessário que se tenha um olhar voltado cada vez mais para determinadas brincadeiras e apelidos entre os alunos. Bento (1998 APUD SILVA, 2011 p.77) assegura que:

[...] Contudo, nem é preciso um olhar mais atento para verificarmos a discriminação no espaço escolar, nos insultos, no isolamento, na falta de solidariedade e coleguismo dos alunos de pele clara, para com seus colegas negros. (BENTO, 1998 APUD SILVA, 2011 p.77)

Seguindo a mesma linha sobre as brincadeiras remetendo as práticas discriminatórias, Gomes (2005) assinala que:

[...] É preciso que as práticas pedagógicas sejam orientadas por princípios éticos que norteiem as relações estabelecidas entre professores, pais e alunos no interior das escolas brasileiras. E é necessário inserir a discussão sobre o tratamento que a escola tem dado às relações raciais no interior desse debate. (GOMES, 2005 p. 150)

Com base nisso, as práticas pedagógicas são essenciais para que se tenha um combate cada vez maior da discriminação, preconceito e racismo

dentro do espaço escolar, através de discussões que são feitas dentro e fora de sala de aula, sendo os educadores mediadores desses debates.

Assim, conforme toda os relatos obtidos, uma das questões feitas a A.M.M.C. (64 anos, diretora) trata de como a educação brasileira pode acabar com o preconceito e a discriminação contra a cultura Afro-brasileira, a mesma relatou o seguinte:

Acabar eu não acredito não, porque essa questão do problema do preconceito racial, ele é muito enraizado, tanto que o próprio negro ele faz discriminação contra ele mesmo, acabar não sei, mas é fazer mais trabalho, assim sensibilização aí sim que com o tempo, não é a curto prazo trabalho de sensibilização, vá trazendo assim uma outra conduta, conduta de cidadania do povo porque nós que temos a pele mais escura a gente sabe. Você está no lugar você não deixa que te olhem com olhar dizendo mais o que ela tá fazendo aí. Não importa eles vão te olhar diferente. (A. M. M. C., 64 anos, diretora)

Observamos que no relato de A.M.M.C. (64 anos, diretora) que o preconceito racial dentro do Brasil é enraizado desde o período colonial brasileiro sobre superioridade e inferioridade de raças, onde tendo como principal vítima a população negra. Para A.M.M.C. (64 anos, diretora) é necessária a existência de mais trabalhos voltados para a sensibilização da sociedade de forma geral, acreditando num combate maior. De acordo com Silva (2007):

[...] o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais. (SILVA, 2007 p.490)

Ainda que no campo educacional tenha várias práticas pedagógicas para o combate do racismo, o preconceito e o racismo dentro do Brasil, deve-se ter mais atuações na sociedade de maneira geral através das secretarias de promoção da igualdade racial, com palestras, boletins informativos, caminhadas. No tópico seguinte poderá ser visto como a disciplina de sociologia esta pode ser inserida na Lei nº 10.639/03 e como esta pode contribuir no combate ao racismo, e desnaturalizando os aspectos sobre o negro no Brasil.

3.1.2. A Disciplina de Sociologia e a Lei nº 10.639/2003

Um dos desdobramentos da pesquisa está na disciplina de sociologia, através de como a lei é implementada nas temáticas trabalhadas em sala de aula com alunos, e como disciplina pode ajudar no combate ao racismo dentro do espaço escolar. Para a pesquisa monográfica foi entrevistado somente um professor de sociologia, com perguntas voltadas para a disciplina e o livro didático.

Considerando as menções enquanto disciplina em momentos anteriores, a sociologia se torna efetivamente obrigatória somente com a LDB de 1996, segundo Brasil (2006):

[...] parece que finalmente a Sociologia se torna obrigatória como disciplina integrante do currículo do ensino médio. Em seu Artigo 36, § 1º, Inciso III, há a determinação de que “ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. (BRASIL, 2006 p.103)

A Sociologia é uma das disciplinas escolares mais recentes dentro do currículo escolar. E estabelecida juntamente com a Filosofia. Através da Lei nº 11.684/08, torna-se obrigatória a inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia no currículo do ensino médio através da Lei de Diretrizes Bases (LDB) (BRASIL, 2008). A respeito das questões raciais dentro da disciplina de sociologia, Oliveira (2014) expõe que:

Se por um lado há uma tradição dos estudos sobre a questão racial no Brasil no âmbito das ciências sociais, por outro, há ainda uma extrema dificuldade em transpor essas discussões no campo educacional e, no caso específico do ensino de sociologia, os impasses e as tensões são maiores diante da trajetória dessa disciplina na educação básica. (OLIVEIRA, 2014 p.82)

Quando questionado a O.N.G. (33 anos, professor) sobre como a disciplina de sociologia pode contribuir para o combate do racismo, foi relatado o seguinte:

[...] primeiramente no segundo ano a gente tem a disciplina, aqui pelo menos na escola, a gente trabalha mais com cultura geral, aí a gente passa daquela ideia do funcionalismo para depois vim para o relativismo cultural, aí a gente trabalha muito na concepção de etnocentrismo para relativismo cultural. Quando usa isso, a gente começa a ver aí vem conceito históricos, e como a gente vai trabalhar a ideia do preconceito racial, dá pra ver por práticas aqui em Bacabal, por exemplo, tem muito terreiro, problemas aqui na sala de aula no primeiro ano já lanço a ideia: é proibido na minha sala falar a palavra

macumba (porque professor é macumba não sei o que), ai eu mostro olha quando estudei a minha monografia foi sobre tambor de crioula nos terreiros,[...] isso me deu uma concepção de que não existe macumba no Maranhão, porque macumba é um termo pejorativo, e no Maranhão é trabalhado desse jeito, então, eu vou mostrando pro aluno de como esse termo vai sendo usado para [...] generalizar uma situação, e o colega dele muitas das vezes é filho de santo, e aqui tem muito isso na sala, do nada uma menina aqui ta abrindo a cabeça (como a gente chama) ta no processo de do santo dela baixar, sei lá depende como dá a linha da casa, e as vezes ela cai no chão e as pessoas ficam usando aquele negócio, ela ta incorporada ta com demônio nos coros, e isso dá indiretamente, claro que eu não posso dizer pra aluna posso dizer olha ela ali é filha de santo sem o consentimento da aluna, então, esses casos práticos dá pra usar na disciplina, e começando no primeiro ano principalmente no segundo. Então, vai depender [...] de como é a turma, vai depender do primeiro ano claro existe sempre o baque que o aluno é novo, é a média de 15 e 16 anos, esse ai a gente já pondera mais, entro mais com afinco no segundo ano que é a questão de cultura, e no terceiro ano ai a gente já dá pra fazer mais projetos, se quiser pensar de uma forma macro 1º, 2º e 3º. No entanto, nesses tempos agora é aqui na escola mesmo eu já usei exemplos práticos, por exemplos, todo fim de ano tem pelo menos tinha antes a festa para o terceiro ano, no terceiro ano existe o culto ecumênico, e aqui eu já presenciei que o culto ecumênico, a uma vez era só o católico e o evangélico. E nesse culto ecumênico, uma vez a uns 4 anos atrás uma menina quis falar, ai eu não sei se foi por influência minha que ela era minha aluna, ou por outra coisa mais ela pediu pra falar, eu já tinha dito olha porque você não fala da sua religião, da religião de vocês na hora do culto ecumênico, ela pediu a fala e durante 5 minutos ela agradeceu fez tudo aquilo, e disse que era filha de santo, e agradecia em nome da entidade dela (do) não lembro como ela utilizou o termo orixá não foi, terminou de falar só eu bati palma, e não foi legal e toda vez que a gente fala ou alguém me pergunta algo do tipo, eu lembro disso ai tem essas problemática toda [...] (O.N.G., 33 anos, professor)

Na fala de O.N.G. (33 anos, professor), podemos fazer duas análises sobre o trabalho realizado com a cultura na sala de aula: a primeira quando como é trabalhado o etnocentrismos em sala de aula e a segunda é a demonstração da importância da sociologia como as demais disciplinas para o combate ao preconceito sobretudo com a religião de matriz africana, como pode ser visto através do relato de O.N.G. (33 anos, professor) quando tem a conversa com seus alunos sobre religião, e o incentivo para cada aluno se expressar sobre sua religião, demonstrando que quando se tem o exemplo de sua aluna no culto ecumênico que aconteceu na escola. Segundo Gomes (2005) o etnocentrismo é:

O etnocêntrico acredita que os seus valores e a sua cultura são os melhores, os mais corretos e isso lhe é suficiente. Ele não alimenta necessariamente o desejo de aniquilar e destruir o outro, mas, sim, de evitá-lo ou até mesmo de transformá-lo ou convertê-lo, pois carrega em si a idéia de recusa da diferença e cultiva um sentimento

de desconfiança em relação ao outro, visto como diferente, estranho ou até mesmo como um inimigo potencial. (GOMES, 2005 p. 53)

E o outro ponto se faz quando se faz menção à religião de matriz africana na sala de aula e na lembrança do culto ecumênico que aconteceu na escola, quando a aluna se diz filha de santo. Silva (2005) diz que:

[...]O nosso eterno devaneio acerca da brasilidade mestiça esconde ou subestima as perseguições policiais direcionadas à umbanda e ao candomblé, além da opressão a outras práticas religiosas de origem africana que foram menos difundidas. Coerções perduraram durante boa parte do século XX, e intensificaram a hostilização ao universo negro, reforçando um pavor em relação às divindades e a suas celebrações ritualísticas. [...] (SILVA, 2005 p.125)

Em posição ao questionamento sobre a disciplina de sociologia e sua prática com as abordagens em seus conteúdos acerca da história e da cultura Afro-brasileira, O.N.G. (33 anos, professor), relatou o seguinte:

Como eu disse é no segundo ano, é mais vindo no segundo ano, no primeiro ano, a gente tá trabalhando com a sociologia clássica, claro que tem aspectos mais daqui mais relacionado a trabalho, não tem pra onde correr já no segundo ano que vem os aspectos de etnocentrismo, relativismo cultural, aí a gente já dá pra trabalhar, mais também não só nesse aspecto mais vendo como a cultura afro, está dentro de um todo, porque eu não fico preso só a ideia de cultura Afro. Primeiro tenho muito medo da ideia de militância dentro de sala de aula, a militância quando o pessoal, sou supervisor do Pibid a milhares de anos desde de 2011, já fui várias vezes já concorri, quando vem alguém do Pibid pra trabalhar comigo, quando vem alguém estagiar eu já falo quando vai falar sobre isso, você tem que tomar cuidado para não ser militante, trabalhar isso de uma forma científica como: você pega dados você usa IBGE pode usar você pode usar até livros de história pega dados da geografia usando a interdisciplinaridade e trabalha os conceitos dentro da sociologia até em certo aspectos de cultura da filosofia da pra você trabalhar também mais em que sentido? Não usar de ideia de militância, a cota pra negro é ou não é pra ter? a gente não pode trabalhar, diretamente assim, então, ver o aspecto que é ser negro tu ver o aspecto do que é que tem na nossa cultura, que as pessoas gostam que diz que é de origem negra vai depender, a ideia é tornar assim claro que é impossível isso tornar a gente mais neutro possível, em aspecto de convencimento mais sim trazer algo mais de discussão, porque pode ou não ter cota. A cota tá vinculada só a cor da pele? Como é que dá em vários aspectos? por exemplo as pessoas brincam muito com a ideia da cota, mais muitos não se atentam que era só de 10 anos, não se atentam que as maiorias das cotas são pra as escolas públicas, aí esses aspectos de lançar para o aluno e botar vários questionamentos faz com que ele crie uma própria opinião, e com isso vai criar argumento, então, isso tá difícil mais hoje mais do que tudo ainda mais nesse momento agora que tudo diz que é o vitimismo, aí fica complicado mais outro lado Bacabal tem um número muito grande de influência de quilombo. A negra de Bacabal falo da negra e do negro ele é diferenciado do negro de São Luís [...], até a tonalidade da pele e o aspecto cultural aqui como diz aqui é na raiz não é nutela, aqui é mais raiz porque as pessoas estão mais

envolvidas indiretamente, e aqui também eu já percebi como é interior a negação do ser negro, é também mais forte a própria mulher não se enquadra nisso e muitos meninos também não querem ser e se chamam de moreninho, e esses aspectos a gente trabalha em sala de aula então aspecto de cotidiano tendo o livro quando dá.(O.N.G.,33 anos, professor)

As cotas raciais estão entre as principais reivindicações dos movimentos negros para que a população negra tenha a igualdade nas oportunidades, de acesso e permanência no mercado de trabalho e nas universidades. Para Gomes (2011, p. 151) as cotas raciais:

Trata-se de uma reivindicação que vai além das cotas raciais demandando a igualdade racial no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, nas universidades públicas, na saúde, enfim, nos vários setores sociais em que a desigualdade racial se perpetua. (GOMES, 2011 p. 151).

O.N.G. (33 anos, professor), relata que os alunos se identificam como moreninhos, fazendo negação de ser negro, devido que nos contextos sociais há uma grande negação em ser negro, e acabam utilizando-se de outros termos para se denominar.

[...] Ser negro, em um país onde as diferenças subordinaram-se ao teto político do Estado-Nação e são unificadas em uma identidade cultural única nacional (HALL, 1997), é uma identidade de difícil assunção, porque além do desejo de unidade nacional, existe a subordinação das diferenças, para dificultar a construção da identidade própria, da autoestima e do autoconceito. [...]. (SILVA, 2011 p. 93)

Durante a entrevista foi perguntado como o livro de sociologia coloca assuntos que retratam sobre a cultura Afro-brasileira, *O.N.G. (33 anos, professor)* relatou o seguinte:

Não. Aí é muito seguindo a linha do que eu falo o livro já, ai vai depender como a gente ta no aspecto cultural, vem muito no segundo no ano como eu disse, mais assim não adentra tanto ai já posso criticar, porquê e também usa as vezes o livro de sociologia a religião afro como sendo só a perseguida que é realmente a mais perseguida não tem pra onde correr no Brasil, mais parece falar mais falta alguma coisa a mais assim, por exemplo, uma coisa que é interessante que até podem atacar o livro de sociologia, até aconteceu não sei qual o estado se eu passar o filme sobre (não é zumbi) tem um filme que é sobre a capoeira não lembro aquele filme já pensei em passar aqui que um livro indica, só que o filme o orixá do principal é Exu na hora que botar a maioria das religiões afro trata o Exu como demônio, o que pode acontecer é o que aconteceu em outro estado, que não tô lembrando qual é o professor ta falando ta passando o filme sobre um demônio fazendo apologia a religião do demônio, em sala de aula então o livro assim a gente for trabalhar, sobre o livro trata mais é categorizado só como uma parte mais tem o

embate, eu devo trabalhar como o livro manda realmente ou depende da situação, porque eu também não posso por minha aula em perigo ainda mais hoje em dia, então, sei lá é algo chato não vou mentir não toda vez que eu vou trabalhar de religião afro, as vezes, eu falo demais o que é falar demais não é falar o que não deve mais acabando, sendo um pouco da é como é que chama quase militante, porque é um problema pra sala de aula mais por outro lado a resistência é tão grande, que me faz ser quase militante devido à resistência e resistência todos os aspectos entendeu.(O.N.G.,33 anos, professor)

O livro didático deveria representar mais sobre a cultura e a religião Afro-Brasileira e Africana, de maneira que devam ser debatidos mais em sala de aula, mostrando também diferentes opções de filmes para que possam ser interligados com os textos que serão trabalhados. Segundo Silva (2005 p. 126):

As interpretações acerca de Exu são paradigmáticas, pois elas denunciam o nível exacerbado de mediocridade e de pavor que perdura na sociedade brasileira sobre as cosmovisões africanas ressignificadas no contexto do novo mundo. [...] (SILVA, 2005 p.126)

Para O.N.G. (33 anos, professor) a contribuição da disciplina sociologia pode contribuir para que seja combatido o racismo e as práticas discriminatórias, demonstrando o seguinte:

Primeira coisa leitura beleza, é o básico lendo o livro aquela coisa toda mais interessante, a sociologia até eu falo com os meninos a sociologia e a filosofia ela tem um aspecto bom da aula, é a ideia de fazer com que o aluno se imagine naquela situação, ou outro aspecto que é a mesma coisa parecido, é fazer com que o aluno veja que o livro ta tratando ta no cotidiano dele, então, quando tu ver que ta no cotidiano tu ver que a maioria dos teus colegas são negros, não por cor mais por pertencimento, e quando tu ver que isso ta na nossa vida o tempo todo, que nem agora vai ter agora (a) o dia da consciência negra o dia 20, até virou feriado o porquê dessa importância, e não correr isso como se fosse o vitimismo que a ideia agora é tudo que é ideia de vitimismo, então, a sociologia faz com que o aluno se veja não quanto negro ou quanto branco (ou não).Mais se veja enquanto pertencente, mais o professor pra fazer isso ele não pode ficar só baseado no livro, ele tem que trazer uma ideia de estranhamento do olhar do aluno, que a gente aprende em antropologia como fazer o aluno se enxergar, enquanto o outro trazendo o processo de empatia, o que é o processo de empatia ? Ai o aluno vai ter que ver no outro, e ver que isso é necessário para se ver enquanto cidadão, e a sociologia faz isso na pratica mais só se o professor sair do livro, e ver como o aluno entende aquela coisa que o livro ta falando ou o próprio professor isso é método Paulo Freiriano não vou mentir, é puro Paulo Freire e ta em sala de aula. (O.N.G.,33 anos, professor)

O.N.G. (33 anos, professor) descreve que nas práticas do professor pode ser encontradas em suas falas no decorrer das aulas, retratando sobre desde a exclusão do negro na sociedade, assim como as suas contribuições

para o meio social. Este coloca em seu relato formas que o aluno por ter mais percepção sobre a vida do outro. Conforme Alencar (2015, p. 174) que:

Assuntos, tais como as desigualdades raciais, racismo, protagonismo da população negra contra as estratégias de exclusão, contribuição dos saberes desenvolvidos e acumulados pela população negra brasileira e africana encontram respaldo não somente na fala desses professores, mas também na prática em sala de aula. (ALENCAR, 2015, p. 174)

No que se refere ao conhecimento de material didático ou paradidático que traz as questões étnico-raciais em seus conteúdos, *O.N.G. (33 anos, professor)* relatou o seguinte:

Só o livro de sociologia que não trata direto e eu mesmo não tenho no caso eu tenho que ir atrás, eu mesmo não o que trabalho mais em sala de aula é trabalho questão trabalhista essa parte eu já tô como professor mais não como o projeto em si. (O.N.G., 33 anos, professor)

Na realidade escolar o material didático em que o professor mais utiliza no seu cotidiano é o livro didático, de modo que o livro de sociologia dentro de seus conteúdos visa desnaturalizar o que o meio social traz como natural sobre determinados acontecimentos na sociedade, assim quando o livro didático de sociologia coloca com mais abordagens sobre a cultura e a religião Afro-Brasileira e Africana. Conforme descreve Silva (2005, p.22):

O livro didático ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. (SILVA, 2005, p.22)

Levando em conta que na Lei nº 10.639/03 não tenha formação para os professores em seus artigos, esta é necessária para aqueles que já atuam sala de aula e que estão formando nos curso de licenciatura. Durante a pesquisa com o professor de sociologia ressaltou que o livro de sociologia já vem trazendo conteúdos relacionados as questões étnicos–raciais no Brasil, havendo assim um discussão com os alunos dentro de sala a respeito da história e a cultura afro-brasileira e africana, quebrando paradigmas relacionadas principalmente a respeito da religião afro-brasileira e fazendo referência a Lei nº 10.639/03, mostrando compromisso para o combate ao racismo, preconceito e discriminação, por mais que este não tenha formação. Durante toda a pesquisa pode ser observado, a necessidade para que todas as

disciplinas possam implementar a lei em seus conteúdos, podendo usar como referência as Orientações e Ações para a Educação Étnico-Racial, através das atividades que são sugeridas para as diferentes disciplinas desde a educação infantil, fundamental, médio, licenciaturas e a educação quilombola. Podendo contribuir para que as escolas coloquem as atividades interdisciplinares para ser trabalhados ao mesmo tempo com todas as disciplinas em torno de uma tema, mais com diferentes temáticas. Ao longo das entrevista no espaço escolar com as estudantes, professor e diretora da escola pode ser percebido nos relatos que a escola se empenha em colocar em prática o conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana em seus conteúdos, de modo que quando voltamos para a escola para fotografar a biblioteca para ser colocada na pesquisa, observou-se que nas aulas de umas das professoras da escola que foi realizada na biblioteca, esta pediu para que seus alunos fizessem, um marketing para Guiné-Bissau que é um país que se localiza no continente africano, de modo que esta já havia trabalhado com a turma todo um contexto sobre Guiné Bissau com os alunos. Outro ponto analisado pode ser visto nas entrevista quando uma das alunas não queria falar sobre a palavra ao qual foi vítima de racismo devido a mesma não levar em consideração porque eram crianças a forma como ambas estavam com os olhos cheios de lágrimas, por causa daquilo que tiveram que passar. É uma forma cruel de apelidar ou fazer piada com uma pessoa por conta de sua cor, cabelo ou qualquer situação. Como pesquisadora foi chocante ouvir de uma jovem que foi vítima de discriminação, preconceito e racismo. Por isso, mais uma vez venho como pesquisadora, falar da necessidade de mais empenho dos órgãos públicos em fazer ações contra a práticas de racismo, discriminação e preconceito no meio social, seja ela por meio de folhetos, propagandas e até mesmo em sala de aula como já é feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa podemos observar a trajetória que a população negra teve para conquistar a sua liberdade, os seus direitos como cidadãos, e como este ficaram de fora dos conteúdos escolares e da sala de aula. Enquanto cidadãos foram negados os seus direitos como pessoas, trabalhadores e estudantes e conseqüentemente fazendo com que se organizasse cada vez mais, para que pudessem ter oportunidades igualitárias para todos, de maneira a surgir diversos movimentos negros nesta trajetória que atuam na luta ao combate do racismo, preconceito e discriminação que é existente em nossa sociedade até nos dias atuais, e para que as crianças jovens, adultos conheçam, valorizem e respeitem a luta dos negros e sua profunda contribuição na formação social brasileira.

A pesquisa proporcionou um maior conhecimento sobre a história e a cultura Afro-Brasileira e Africana no país, havendo assim identificação com o que está sendo pesquisado por parte da pesquisadora e dos próprios sujeitos envolvidos, abrindo novos horizontes para os jovens pesquisadores conhecer cada vez mais sobre a história do país, outrora conhecida de forma superficial. Assim demonstrando a importância da lei nº 10.639/03 nos currículos escolares das escolas de ensino público e privado, tornando pertinente a luta do movimento negro para que nas escolas possam conhecer cada vez mais a História e a Cultura da população Afro-Brasileira e Africana, para que haja um maior engajamento dos jovens e adultos no combate ao racismo, preconceito e a discriminação e a desigualdades sociais existente no país.

Revelando as diferentes percepções sobre a implementação da lei dentro da escola Centro de Ensino Estado do Ceará e como deve ser trabalhado com os alunos no decorrer do ano letivo. Percebeu-se a necessidade dos conhecimentos pelos alunos sobre a importância da história e as conquistas dos negros em nossa sociedade, fazendo assim uma reflexão até os dias atuais. Houve a demonstração que a escola tenta se empenhar para que os seus alunos adquiram conhecimento sobre a História e a Cultura afro-Brasileira.

Concluindo assim que a escola como espaço de processo ensino aprendizagem demonstra a sua essencialidade para o combate ao racismo,

preconceito e a discriminação dentro do ambiente escolar, podendo ser refletido no contexto social. Demonstrando a importância da população negra na história do país e o respeito que deve-se ter para com a diversidade cultural existente no Brasil, mostrando assim a importância da Lei nº10.639/03 para as escolas e o ganho de conhecimento que proporciona para os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCAR, Maria Gisele. **A lei 10.639/03: possibilidades e impossibilidades de desvendamento das muitas nuances das relações raciais no Brasil**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Londrina, 2015. **Disponível em:** <<http://www.labes.fe.ufrj.br/download/?ch=ed6b39bf5227ab96d73561e4f61292ab>>. **Acesso em:** 12 de Fev. de 2019.

Amaral, Azevedo do. **Bibliografia**. Colaboração Especial: Luís Guilherme Bacellar Chaves. Verbetes. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Acesso em:

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil**. – Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. - Brasília: DF, 2004.

BRASIL. **História da Educação do Negro e Outras Histórias**. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 2 de Junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm>. **Acesso em:** 28 de Fev. de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 12.288, de 20 de JULHO de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/Lei%2012.288%20-%20Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial.pdf>>. Acesso em: 20 de Set. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de AGOSTO de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. **Acesso em:** 13 de Jun. de 2019.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. **Acesso em:** 15 de Jan. de 2018.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Ministério da Educação. **Alfabetização e Diversidade.** Brasília: SECAD, 2006. 262 pg.; il.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Volume 3. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.

BRASIL. **Quilombos ainda existem no Brasil.** Fundação Cultura Palmares, 2008. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=3041>>. Acesso em: 21 de Set. de 2018.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.** Ministério de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>>. Acesso em: 20 de Set. de 2018.

BRASIL. **Superando o Racismo na Escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

CERQUEIRA, Daniel R. C., MOURA, Rodrigo Leandro de. (2013). **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil.** Norma Técnica, nº 10. Brasília, DF: Ipea, 2013. **Disponível em:** <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-pesquisas/nota-tecnica-vidas-perdidas-e-racismo-no-brasil.pdf>>. **Acesso em:** 22 de Set. de 2018.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma Abordagem sobre a História da Educação dos Negros.** In. História da Educação do Negro e Outras Histórias. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. (Coleção Educação para Todos).

DIAS, Lucimar Rosa. **Quantos Passos já Foram Dados? A Questão de Raça nas Leis Educacionais – Da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003.** In: História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. Programa de Pós-Graduação em História – UFES. DIMENSÕES. Vol. 21 – 2008.

FILHO, João Cardoso Palma. **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889 – 1930)**. In: História da Educação. Caderno de Formação: formação de professores educação cultura e desenvolvimento/ Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. V.1. p. 71- 84.

Disponível

em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia_3.pdf>. **Acesso em:** 05 de Jan. de 2019.

FRAZÃO, DILVA, 2018. **Gilberto Freyre**. Ebiografia. **Disponível em:** https://www.ebiografia.com/gilberto_freyre/. **Acesso em:** 13 de Jun. de 2019.

FREITAS, Madalena Silva Dias. **Refletir sobre a História do Negro no Brasil: Uma Resposta ao Racismo**. In: II Congresso de Educação, 2012, Iporá. Formação de Professores: Uma proposta de pesquisa a partir do reflexo sobre a prática docente. Iporá: UEG, 2012. v. 1. p. 116-123.

Freyre, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo: Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

GAMA, Luiz. **Dados Bibliográficos**. Literafro. In: MENUCCI, Sud. “A carta abolicionista de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça”, em O precursor do abolicionismo no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. **Disponível em:** <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/655-luiz-gama>. **Acesso em:** 13 de Jun. de 2019.

GOMES, Nilma Lino. **AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM AS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. In: Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03 / Nilma Lino Gomes (org.). 1. ed. -- Brasília: MEC; Unesco, 2012. 421 p., il. - (Educação para todos; 36). **Disponível em:** <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002605/260516POR.pdf>. **Acesso em:** 09 de Out. de 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas por Emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro no Brasil: Ausências, Emergências e a Produção dos Saberes**. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2004, V. 47 Nº 1.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **RAÇA E OS ESTUDOS DE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL**. Novos Estudos CEBRAP N.º 54, julho 1999 pp. 147-156.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **RACISMO E ANTI-RACISMO NO BRASIL**. Novos Estudos CEBRAP N.º 43, novembro 1995 pp. 26-44.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A Reforma Educacional na Era FHC (1995/1998 e 1999/2002): Duas Propostas, Duas Concepções**. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. **Disponível em:**<

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf>. **Acesso em:** 25 de Set. de 2018.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. **Disponível em:** http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. **Acesso em:** 14 de Out. de 2018.

Lopes, Raimundo Hélio. **Raimundo Nina Rodrigues**. **Disponível em:** <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RODRIGUES,%20Nina.pdf>. **Acesso em:** 13 de Jun. de 2019.

LOPES, Vera Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação**. In.: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.747, de Dezembro de 2017**. Institui o dia 20 de novembro, data de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e dia Nacional da Consciência Negra, como feriado estadual. *Diário Oficial [do] Estado do Maranhão*. Ano: CXI, Nº123, 28 Páginas. **Disponível em:**<<http://www.igualdaderacial.ma.gov.br/files/2015/08/EX20171213.pdf>>. **Acesso em:** 12 de Mar. de 2019.

MARANHÃO (Estado). Plano Executivo. **Lei Nº 10.099. Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão – PEE – MA**. *Diário Oficial [do] Estado do Maranhão* [Suplemento],11 de Jun. 2014. Ano: CVIII, Nº 111, 30 Páginas. **Disponível em:** <http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf>. **Acesso em:** 22 de Maio de 2019.

MARANHÃO. **Fundação Palmares Certifica Mais de 30 Comunidades Quilombolas.** 2018. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/direitos-humanos/fundacao-palmares-certifica-mais-de-30-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 13 de Jun. de 2019.

MELLO, Flávia Carvalho Malta, et. al, 2017. **A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015.** Ciência e Saúde Coletiva. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-2939.pdf>>. Acesso em: 18 de Jun. de 2019.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Introdução.** Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

NASCIMENTO, Alexandre. **NEGRITUDE E CIDADANIA: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares.** In. **História da Educação do Negro e outras histórias.** Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. (Coleção Educação para Todos).

OLIVEIRA, Iolanda de. **Raça, Currículo e Práxis Pedagógica.** In: Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n.7) (novembro 2006) Rio de Janeiro/Niterói – Quartet/EdUFF, 2006. Disponível em: http://www.penesb.uff.br/images/jdownloads/Publicacoes/penesb7_web.pdf. Acesso em: 09 de Out. de 2018.

OLIVEIRA, Luís Fernandes de. **Educação Antirracista: tensões e Desafios da Sociologia.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 39, n.1, p. 81-98, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n1/v39n1a06.pdf>. Acesso em: 12 de Fev. de 2019

PEREIRA, Amílcar Araújo. **Relações Étnico-Raciais na História e no Brasil.** In.: Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula. / Organizado por Amílcar Araujo Pereira – Brasília: Fundação Vale, 2014. 61 – 74p.

RIBEIRO, Débora, 2015. **A Lei nº. 10. 639/03: Limites e Perspectivas Para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** XII Congresso Nacional de Educação. Grupo de Trabalho - Diversidade e Inclusão Agência Financiadora: CNPQ, Edital de Gênero n. 32/2012. Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16356_7463.pdf>. Acesso em: 07 de Out. de 2018.

ROCHA, Luís Carlos Paixão. **Políticas Afirmativas e Educação: A Lei 10639/03 no Contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. **Disponível em:** <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia_artigos/3rocha_dissertacao.pdf>. **Acesso em:** 07 de Fev. de 2019.

ROMÃO, Jeruse. **Educação, Instrução e Alfabetização de Adultos Negros no Teatro Experimental do Negro**. In: **História da Educação do Negro e outras histórias**. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. (Coleção Educação para Todos).

ROMERO, Silvio. **Biografia**. Academia Brasileira de Letras. **Disponível em:** <http://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>. **Acesso em:** 13 de Jun. de 2019.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. **História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Ideias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta**. Revista de Estudos Afro-Asiáticos. Ano 24, nº 2, 2002, pp 275-289. **Disponível em:** <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a03v24n2.pdf>>. **Acesso em:** 12 de Jul. de 2019.

SANTOS, José Douglas Alves dos; MELO, Aísha Kaderrah Dantas; LUCIMI, Marizete. **Uma Breve Reflexão Retrospectiva da Educação Brasileira (1999 – 2000): Implicações Contemporâneas**. In: X SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS” HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO BRASIL, 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. João Pessoa: UFPB, 2012. **Disponível em:** http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.23.pdf. **Acesso em:** 14 de Jul. de 2019.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei nº 10.639/03 Como Fruto da Luta Anti-Racista do Movimento Negro**. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

SCHWARCZ, LM. **O Espetáculo da Miscigenação**. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR., and GLICK, T., orgs. **A recepção do Darwinismo no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 165-180. História e saúde collection. ISBN 978-85-7541-496-5. Available from SciELO Books. **Disponível em:** <http://books.scielo.org/id/txcs6/pdf/domingues-9788575414965-09.pdf>. **Acesso em:** 20 de Set. de 2018.

SILVA, Ana Celia da. **A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Ana Celia da. **A Representação Social do Negro no Livro Didático: O Que Mudou? Por que Mudou?** – Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Dalva Aparecida Marques; BATISTA, Roberto Leme. **A FORMAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL**. O professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense, 2010. Volume I. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_hist_artigo_dalva_aparecida_marques_da_silva.pdf>. Acesso em: 17 de Set. de 2018.

SILVA, Daniel Antônio Coelho; CARVALHO, Danilo Nunes de. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: A Resistência Negra sob Perspectiva Marxista**. Este texto foi publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo dia 08 de junho de 1980 e republicado na Revista Espaço Acadêmico em julho de 2003 e está disponível em: www.espaçoacademico.com//026/26hbrasil. Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Número I Jan-jun 2010. Trabalho 02 Páginas 08-23 <http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura> periodicoscesg@gmail.com htm. **Disponível em:** <https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/SA08-20378.PDF>. **Acesso em:** 18 de Set. de 2018.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. **Da Interdição Escolar Às Ações Educacionais de Sucesso: Escolas Dos Movimentos Negros e Escolas Profissionais, Técnicas e Tecnológicas**. In: História do Negro e Outras histórias. Org. Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SILVA, Maria Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva. **REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE RAÇA E ETNIA**. Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno Temático: Educação e Africanidades N. 4 p. 99 -115, Ano 2 (Novembro/2011), ISSN 2179.8443.

SILVA, Nelson Fernando Inocência da. **Africanidade e Religiosidade: Uma Possibilidade de Abordagem sobre as Sagradas Matrizes Africanas na Escola**. In.: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico raciais**. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n.3 (63), p.489-506, set./dez.2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUSA, Ronilson de Oliveira, 2013. **OLIVEIRA VIANA E AS QUESTÕES DA MISCIGENAÇÃO NO BRASIL - a desconstrução dos discursos e ideias que negavam a contribuição do negro e indígena em nosso país**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/oliveiravianaeeasquestoesdamiscigenacao nobrasil.pdf>>. Acesso em: 22 de Set. de 2018.

THEODORO, Mário. **RELAÇÕES RACIAIS, RACISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. Revistas de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. V. 8, N. 1, 2014.

VARGAS, Márcia de. **A História das Mulheres Negras no Brasil, no Enfrentamento da Discriminação e Violência**. Produção Didático-Pedagógica. In: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. Produções Didático-Pedagógicas. Cadernos PDE. Volume II. Governo do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist_ufpr_marciadevargas.pdf>. Acesso em: 12 de Jul. de 2019.

VIANA, Maria da Guia. **Os Desafios da Implementação da Lei Federal nº 10.639/2003: entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial**. 2009. 108 fl. Dissertação (Mestre em Educação), Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

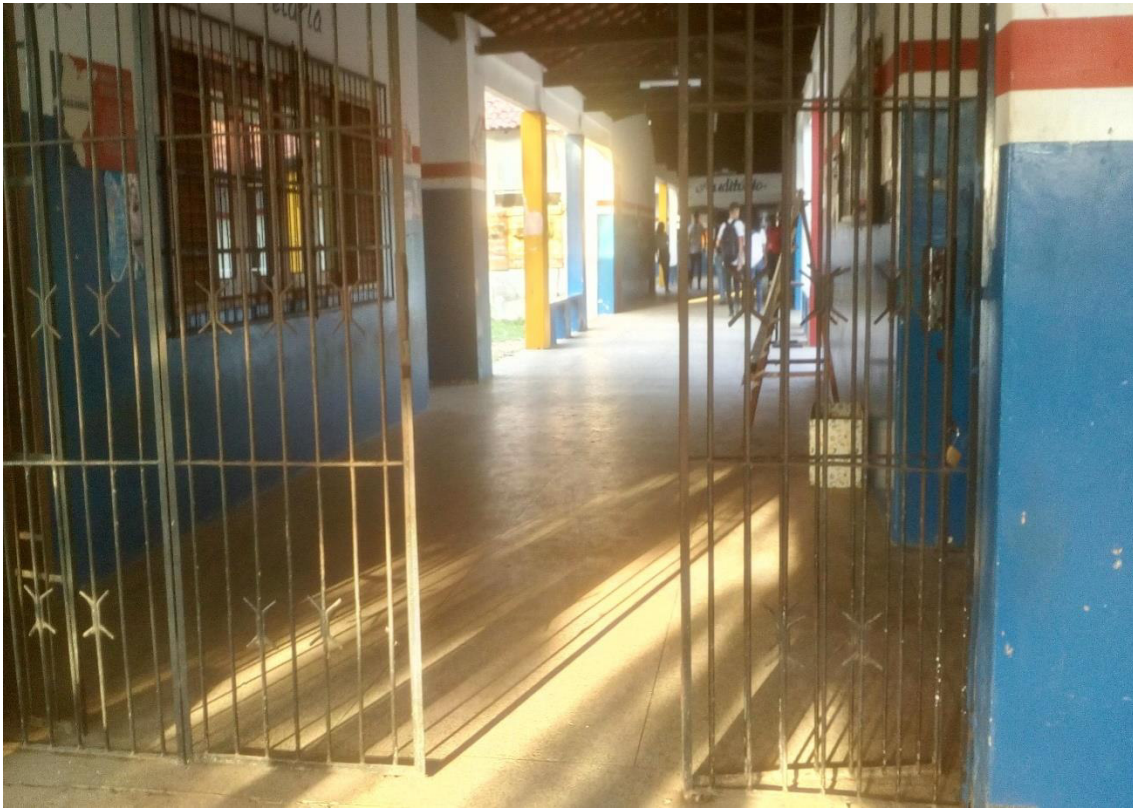
ANEXOS

ANEXOS A – Fachada da Escola

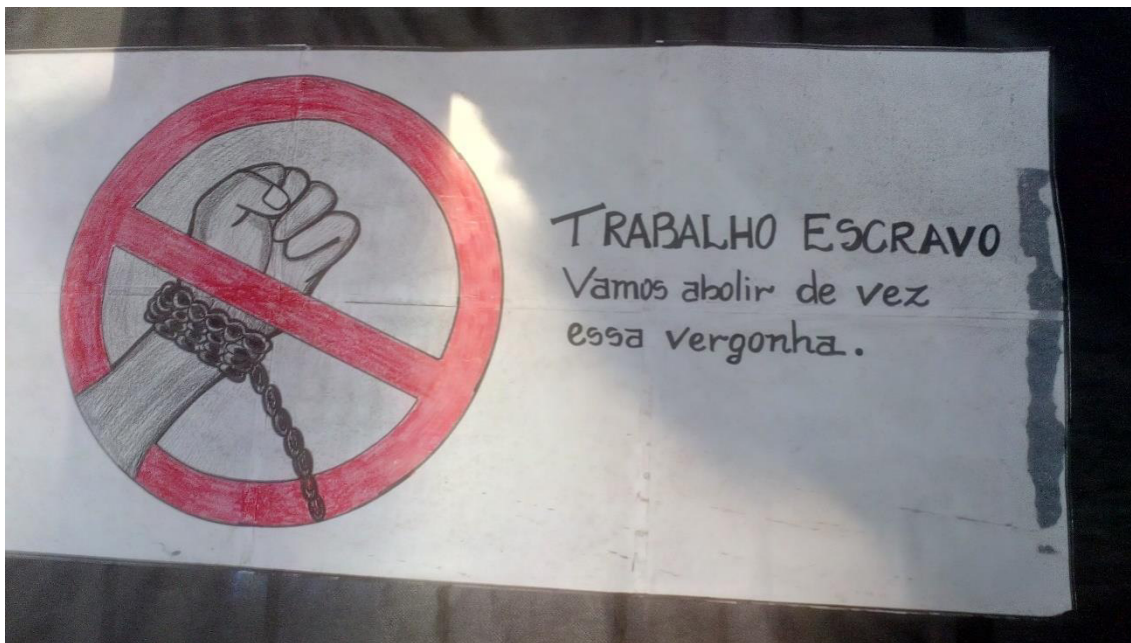
Fonte: Autora,2019.



Fonte: Autora,2019.

ANEXOS B – Entrada da Escola

Fonte: Autora, 2019.

ANEXOS C – Faixa do Projeto Escravo nem Pensar

Fonte: Autora, 2019.

ANEXOS D – Pinturas no muro do pátio

Fonte: Autora,2019.



Fonte: Autora,2019.



Fonte: Autora,2019.

ANEXOS E – Livros da Biblioteca

Fonte: Autora,2019.



Fonte: Autora,2019.



Fonte: Autora,2019.

ANEXOS F – Pátio da Escola

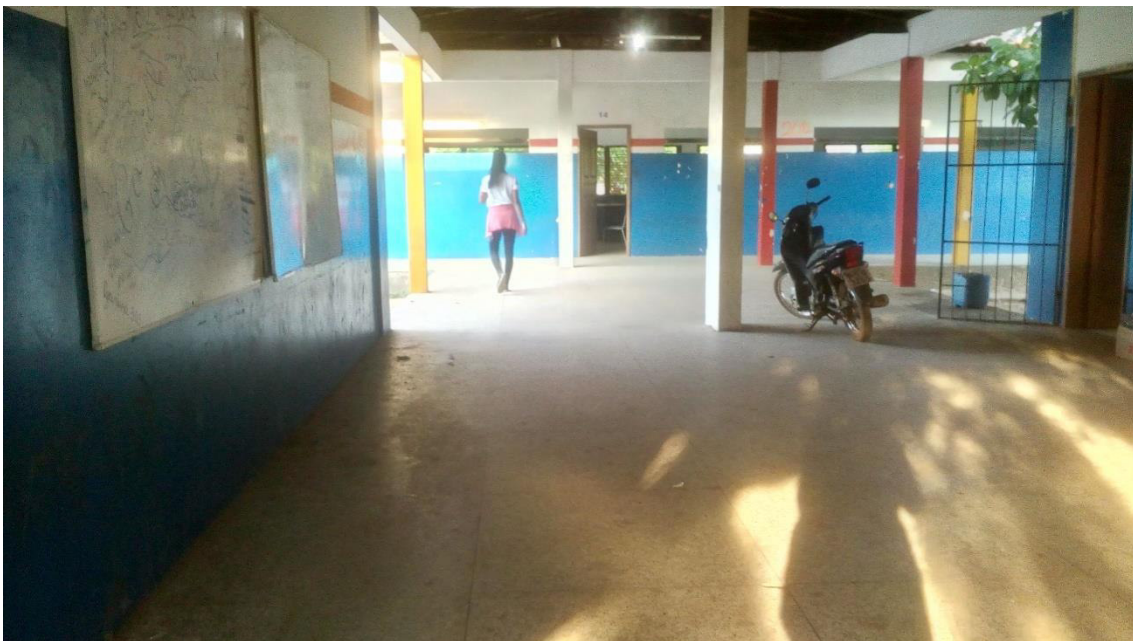
Fonte: Autora,2019.



Fonte: Autora,2019.



Fonte: Autora,2019



Fonte: Autora,2019.

ANEXOS G- Mural da Escola



Fonte: Autora, 2019

APÊNDICES

APÊNDICES A – Termo de Consentimento Esclarecido Livre**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de graduação Maria Camila Matos Lopes (matrícula: 2014046909) da Universidade Federal do Maranhão – CAMPUS Bacabal.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevista com professor (a), coordenador (as) e alunos (as) da escola Centro de Ensino Estado do Ceará, visando, por parte da referida aluna a realização de pesquisa para construção do Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Ciências Humanas, orientada pela Profa. Ma. Grace Kelly Silva Sobral Souza (SIAPE: 3007527)

Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que poderá ser gravada e transcrita e que a aluna poderá fazer o uso de imagens da escola e da sala de aula desde que eu autorize. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos serão divulgados, com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos (das) participantes, assegurando assim a privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Bacabal-MA, _____ de _____ de 2018

APÊNDICES B –Termo de Autorização de Uso de Imagem**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu _____, CPF _____, RG _____
_____,

depois de conhecer e entender os objetivos, os procedimentos metodológicos da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso da imagem, **AUTORIZO**, através do presente termo, a pesquisadora Maria Camila Matos Lopes, aluna do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, CAMPUS Bacabal, a realizar as fotos que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para compor o Trabalho de Conclusão de Curso com o título: **História e Cultura Africana e Afro-brasileira: a implementação da Lei Nº 10.639/03 no C.E. Estado do Ceará, Bacabal-MA**, orientada pela Profa. Ma. Grace Kelly Silva Sobral Souza (SIAPE: 3007527), obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Bacabal-MA, _____ de _____ de 2018

APÊNDICES C –Capa Roteiro de Entrevista Aluno

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO- CAMPUS BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/ SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA MONOGRAFICA
ALUNOS (AS)

Título da pesquisa: Investigar a Implementação da Lei nº 10.639/2003 na escola C.E. Estado do Ceará.

Objetivo da pesquisa: Investigar como a implementação da Lei Nº 10. 639 de 2003, contribui no combate ao racismo na escola, por meio dela os estudantes da rede pública do ensino médio possam conhecer e valorizar a história e cultura Afro-Brasileira no ambiente escolar.

Entrevistado I

Idade: _____ Serie: _____ Turma: _____ Sexo: _____
Cor: _____ Bairro onde reside: _____

Entrevistado II

Idade: _____ Serie: _____ Turma: _____ Sexo: _____
Cor: _____ Bairro onde reside: _____

Entrevistado III

Idade: _____ Serie: _____ Turma: _____ Sexo: _____
Cor: _____ Bairro onde reside: _____

APÊNDICES D- Roteiro de Entrevista Aluno

1. Você conhece ou já ouviu falar sobre a Lei Nº 10.639/2003? Em quais aspectos?
2. Conhece a cultura Africana e Afro-Brasileira? Em quais aspectos?
3. Conhece religiões de matriz africana e afro-brasileira?
4. Participa ou conhece as manifestações culturais Afro-brasileiras em Bacabal-MA? Qual (is)?
5. Em quais momentos é falado sobre a questão étnico-racial na escola?
6. Sabe por que o dia 20 de novembro se comemora o dia da Consciência Negra? Para você o que é Consciência Negra?
7. Já participou na escola das práticas pedagógicas (projetos, atividades, feiras, etc.) que faça referência à cultura Afro-Brasileira? Quais?
8. Você já ouviu falar sobre alguma personalidade negra no campo da sociologia ou das outras áreas do conhecimento? Sobre o que falavam?
9. Já presenciou alguma manifestação de discriminação, preconceito ou mesmo do racismo dentro da escola? Poderia comentar o ocorrido?

APÊNDICES E - Roteiro de Entrevista Professor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/ SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA MONOGRAFICA
PROFESSOR

Título da pesquisa: Investigar a Implementação da Lei nº 10.639/2003 na escola C.E. Estado do Ceará.

Objetivo da pesquisa: Investigar como a implementação da Lei Nº 10. 639 de 2003, contribui no combate ao racismo na escola, por meio dela os estudantes da rede pública do ensino médio possam conhecer e valorizar a história e cultura Afro-Brasileira no ambiente escolar.

Idade: _____ **Sexo:** _____ **Cor:** _____

Bairro onde reside: _____

1. Como você acha que a disciplina de Sociologia contribui para o combate ao racismo?
2. Como a disciplina de Sociologia coloca em sua abordagem o conteúdo sobre História e Cultura Afro-Brasileira?
3. Como são trabalhadas em sala de aula as temáticas em torno da religião Afro-Brasileira?
4. Como o livro de Sociologia coloca as abordagens da Cultura Afro-Brasileira?
5. Como a disciplina de Sociologia pode ajudar no combate ao racismo e a discriminação? De que maneira?
6. Existe formação continuada de professores sobre o tema?
7. A proposta curricular da escola incluiu a Lei Nº 10.639/03?

8. São realizadas oficinas e outras atividades sobre essa temática para os estudantes?

9. Existem projetos interdisciplinares sobre esse tema?

10. Os alunos já haviam ouvido falar da lei 10639/03 e do que se trata? O que pensam sobre?

11. Você já trabalhou temas como discriminação racial, preconceito e racismo em suas aulas? Como?

12. Houve na escola situações de discriminação de algum aluno (a) relacionados a:

- Cor de sua pele?
- Condição social?
- Deficiência física?
- Deficiência mental?
- Orientação sexual?
- Ser menino?
- Ser menina?
- Crença religiosa?
- Repetência escolar?

13. Já presenciou atitudes preconceituosas ou discriminatórias em brincadeiras ou mesmo apelidos entre os alunos? Como foram discutidos em sala de aula ou fora da sala de aula?

14. A escola possui material didático (CD, DVD, revistas que mostram a participação do negro na história do Brasil?

15. Conhece material didático ou paradidático que trata sobre a questão étnico-racial?

16. Os livros paradidáticos adotados pela escola abordam a temática?

17. Os livros didático adotados pela escola adotam a temática?

APÊNDICES F - Roteiro de Entrevista Diretora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/ SOCIOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA MONOGRAFICA
DIRETOR (A)

Título da pesquisa: Investigar a Implementação da Lei nº 10.639/2003 na escola C.E. Estado do Ceará.

Objetivo da pesquisa: Investigar como a implementação da Lei Nº 10. 639 de 2003, contribui no combate ao racismo na escola, por meio dela os estudantes da rede pública do ensino médio possam conhecer e valorizar a história e cultura Afro-Brasileira no ambiente escolar.

Idade: _____ **Sexo:** _____ **Cor:** _____

Bairro onde reside: _____ **Função:** _____

1. A proposta curricular da escola incluiu a Lei Nº 10.639/03?
2. São realizadas oficinas e outras atividades sobre essa temática para os estudantes?
3. Existem projetos interdisciplinares sobre esse tema?
4. Os alunos já haviam ouvido falar da lei 10639/03 e do que se trata? O que pensam sobre?
5. A escola já trabalhou temas como discriminação racial, preconceito e racismo nas salas de aulas? Como?
6. Houve na escola situações de discriminação de algum aluno (a) relacionados a:
 - Cor de sua pele?
 - Condição social?
 - Deficiência física?
 - Deficiência mental?

- Orientação sexual?
- Ser menino?
- Ser menina?
- Crença religiosa?
- Repetência escolar?

7. Já presenciou atitudes preconceituosas ou discriminatórias em brincadeiras ou mesmo apelidos entre os alunos? Como foram discutidos em sala de aula ou fora da sala de aula?

8. A escola possui material didático (CD, DVD, revistas que mostram a participação do negro na história do Brasil?

9. A escola possui material didático ou paradidático que trata sobre a questão étnico-racial?

10. Os livros paradidáticos adotados pela escola abordam a temática?

11. Os livros didático adotados pela escola adotam a temática?

12. Como a educação brasileira, pode acabar com o preconceito e discriminação, contra a cultura Afro-Brasileira?